

14/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Defesa da educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Atos contra Bolsonaro levam milhares às ruas pelo Brasil](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Atos escancaram pauta petista do 'Lula Livre'](#)

[UNE faz terceiro protesto contra cortes da Educação](#)

[Câmara aprova texto-base da MP que reduz burocracia](#)

O GLOBO - RJ

[Protestos por Educação têm críticas ao Future-se e à gestão do MEC](#)

ZONA FRANCA

VALOR ECONÔMICO - SP

[Pela educação](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Atos no País contra pautas federais](#)

O DIA - RJ

[Proposta exige que contracheques de professores detalhem uso do Fundeb para pagar salários](#)

O POPULAR - GO

[UNE critica projeto Future-se, do MEC](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Artigo : Autonomia financeira para as universidades públicas](#)

METRÓPOLES

[Corte de Bolsonaro na educação afetará 359 mil estudantes no DF](#)

PORTAL ISTOÉ

[Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo País](#)

R7

[Grupo protesta em Vitória contra corte de verbas na educação federal](#)

TERRA

[Telemedicina ainda na sala de espera](#)

[Milhares voltam às ruas em defesa da educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo País](#)

[Entidades lançam apelo contra corte de 84 mil bolsas de pesquisa científica](#)

[Milhares voltam às ruas em defesa da educação](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO VALENTE

[UFRB abre inscrições para submissão de trabalhos na V Reconcitec](#)

FOLHA MT

[Estudo de plantas amazônicas propõe nova forma de analisar a biodiversidade](#)

FOLHA PA

[Estudo de plantas amazônicas propõe nova forma de analisar a biodiversidade](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

CLIPPING



[Ciências sociais representam apenas 1,4% das bolsas do CNPq e gasto em pesquisa é baixo, dizem debatedores](#)

[Por 'militância política', Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina](#)

RADAR AMAZONICO

[Capes recusa financiamento alegando 'militância política'](#)

JORNAIS VITUAIS

[Organizadores de congresso da área do Direito foram classificados como de "elevada relevância para militância política"](#)

PORTAL ISTOÉ

[Protestos em defesa da educação são registrados pelo Brasil](#)

R7

[Manifestantes voltam às ruas em defesa de mais recursos para educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Future-se - consulta pública ultrapassa 40 mil cadastrados](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Capes nega verba por militância política](#)

MEIO NORTE - PI

[Educação a distância já tem 10 mil alunos](#)

A TARDE - BA

[Educação : Brasil se une na Bahia](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Ato nacional paralisa educação em MT](#)

EXTRA - RJ

[Educação faz greve geral](#)

Agências de notícias e sites

A TARDE ON LINE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

BEM PARANÁ

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

CGN - PR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

CONTEXTO EXATO

[Com início do semestre letivo, UnB volta às aulas em meio a incertezas](#)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO SUDOESTE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

ESHOJE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

ESTADO DE MINAS ONLINE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DA REGIÃO

CLIPPING



[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DE VALINHOS

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

JORNAL DO OESTE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

METRÓPOLES

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

MSN

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

O LIBERAL – SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

PBAGORA

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

PORTAL EXAME

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

R7

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

REPÓRTER DIÁRIO

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

REVISTA GALILEU

[Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina](#)

TRIBUNA DO INTERIOR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Brasileiros são destaque em Olimpíada Internacional de Astronomia](#)

[Escolas podem enviar material para a Olimpíada de Língua Portuguesa](#)

AGÊNCIA GLOBO

[A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se](#)

[Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível](#)

BOL NOTÍCIAS

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

G1

[Escola pública cearense consegue vaga na final da Olimpíada Brasileira de Geografia](#)

[Caderno com orientações sobre a política de alfabetização deve ser divulgado nesta quinta, diz MEC](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Defesa da educação

Manifestações contra cortes de verba no ensino público são realizadas em 95 cidades de 25 estados. Movimentos também miram reforma da Previdência. Em Brasília, mulheres indígenas vão à Esplanada e reforçam dia de reivindicações

SOCIEDADE »

Pelo menos 9 mil manifestantes tomaram a Esplanada dos Ministérios na manhã de ontem, para protestar contra os cortes na educação, contra a reforma da Previdência e pela visibilidade das mulheres indígenas. Os números são da Polícia Militar do Distrito Federal. Segundo a corporação, foram 5 mil representantes de etnias ameríndias e outros 4 mil entre professores e estudantes de escolas públicas, universidades e institutos federais de educação. Grupos que vieram para o Distrito Federal participar da Marcha das Margaridas, marcada para hoje, também desceram para o centro.

Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), os protestos contra a redução de verbas na educação se alastraram por 95 municípios de 25 estados, além da capital federal. Em São Paulo (SP), o movimento aconteceu à tarde. O ponto de encontro foi o Museu de Arte de São Paulo e, por volta de 16h, manifestantes fecharam a Avenida Paulista. No Rio de Janeiro (RJ), os manifestantes saíram em passeata da Universidade Federal Fluminense, Instituto Federal Fluminense e Universidade Estadual Norte-fluminense rumo ao Pelourinho.

Os protestos se espalharam, ainda, por Manaus, Fortaleza, Vitória e diversas outras capitais e municípios interioranos. No DF, porém, por reunir várias categorias, o encontro contou com manifestantes de vários estados. Um dos principais alvos foi o programa Future-se, lançado em 17 de julho, que tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira e administrativa de universidades e institutos federais. Tanto estudantes quanto professores se disseram contrários.

A estudante de doutorado do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB), Larissa Leão, 30 anos, está entre os críticos do programa do governo. “São vários motivos, mas vim para defender a educação e combater o Future-se, que tende a sucatear as universidades públicas”, avaliou. A primeira vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Qelli Rocha, 38 anos, por sua vez, disse que o programa é um retrocesso e um processo de privatização das universidades públicas.

“Aderimos ao movimento e contribuimos na construção dele, porque queremos denunciar. Primeiro, vieram os cortes, que farão as universidades pararem de funcionar a partir de setembro, e, depois, esse discurso. Com esse cenário de degradação do espaço público, fica mais fácil construir um discurso de necessidade de privatização”, avaliou a representante, que também é professora da Universidade Federal de Mato Grosso.

Qelli disse acreditar que as atitudes do atual governo, nos primeiros sete meses, mostram a intenção de desvalorizar a educação pública e construir um projeto privatista da educação. “Isso significa deixar grande parte da população assalariada à margem das universidades”, considera. A vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (Une), Regina Brunet, por sua vez, falou em “mobilização permanente”. “O governo está apresentando um programa antipovo, e nós somos o povo”, afirmou.

Marcha

Conselheira da Associação Indígena da Aldeia Maracanã, Luakan Anambé, da etnia Anambé, do Pará, falou sobre a importância da marcha das mulheres indígenas. Segundo a liderança, a intenção é dar voz aos grupos de mulheres indígenas e chamar a atenção para o genocídio dos povos. “Fizemos uma viagem maravilhosa. A primeira

marcha ocorre para termos visibilidade, voz e fala. A mulher indígena é muito discriminada, e temos que chamar a atenção das mulheres do contexto urbano para a nossa situação”, disse.

Luakan explicou que o preconceito e a violência contra mulheres indígenas são antigos. “Desde a invasão do homem branco, viemos perdendo a visibilidade. Tem um genocídio acontecendo no nosso meio. Com o novo governo, nossos caciques estão morrendo. E eles são uma força grande. Quando morrem, você desarticula o resto da comunidade. Perdemos parte da cultura, do dialeto, da nossa língua”, lamentou.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Atos contra Bolsonaro levam milhares às ruas pelo Brasil

Na capital paulista, manifestação tem acusação de querer criar ditadura e invenção de facada

SÃO PAULO , RIO DE JANEIRO , BRASÍLIA , BELO HORIZONTE, CURITIBA , PORTO ALEGRE e RECIFE

Um protesto organizado por centrais sindicais e movimento estudantil contra a política educacional do governo Jair Bolsonaro (PSL) e cortes na área reuniu, no fim da tarde desta terça-feira (13), milhares de pessoas pelo país. Houve manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife, entre outras cidades.

Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE), houve atos em 204 cidades, em praças, campus universitários e nas ruas. A entidade estima que os protestos tenham reunido cerca de 900 mil pessoas pelo país. No protesto do dia 15 de maio, a UNE havia identificado atos em cerca de 220 cidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/atos-contrabolsonaro-levam-milhares-as-ruas-no-rio-e-em-sp.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Atos escancaram pauta petista do ‘Lula Livre’

As manifestações convocadas por estudantes foram marcadas ontem pela pauta monotemática do PT: tirar Lula da prisão. Em SP, a Paulista foi tomada por cartazes, camisetas e bandeiras pela libertação do petista. No Rio, manifestantes chegaram a entoar o coro “Lula livre”. Planalto e Educação comemoraram nos bastidores. Avaliam que, três meses após Jair Bolsonaro ter chamado os estudantes de “idiotas úteis” (e depois ter reconhecido um “exagero” na frase), o movimento se enfraqueceu e demonstrou ser “manipulado” pela esquerda.

» Natural... Petistas atribuíram a prevalência do Lula Livre ao “tensionamento” político provocado pela divulgação das supostas mensagens trocadas entre Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato e lembraram que a UNE apoia o movimento Lula Livre.

» ...mas nem tanto. A Coluna apurou, no entanto, que o PT viu nos atos uma oportunidade para angariar apoio e pressionar o STF a soltar Lula, preso em Curitiba. Para ajudar a engrossar os atos e fornecer estrutura, o partido e os sindicatos impuseram sua agenda.

» Para lembrar. Nos protestos contra cortes na educação, em maio, a presença de partidos e de sindicatos foi menor e a adesão da sociedade civil, maior.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

UNE faz terceiro protesto contra cortes da Educação

Atos em todo o País também tiveram conotação política e focaram no presidente Jair Bolsonaro

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou ontem manifestações em várias regiões do País para protestar contra os cortes de verba na Educação. Os estudantes defenderam ainda a autonomia das universidades e criticaram o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC), que visa a atrair recursos privados para as instituições e regulamentar a participação das organizações sociais na gestão do ensino superior.

O “3.º Grande Ato em Defesa da Educação” ocorreu, segundo a UNE, em 150 cidades dos 26 Estados e no Distrito Federal. Os dois primeiros protestos, em 15 e 30 de maio, tiveram participação maior.

Sob garoa fina e intermitente, manifestantes foram do vãolivre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) até a Praça da República, na região central paulistana. Não houve balanço oficial de público.

“A população está mais indignada, porque os efeitos dos cortes na Educação começam a aparecer”, disse o presidente da UNE, Iago Montalvão. Ele ressaltou que o protesto também era motivado por atos recentes do presidente Jair Bolsonaro, como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. “Negam a ciência.”

No Rio, com foco na Candelária, um dos principais alvos foi o projeto Future-se – na semana passada, a Universidade Federal do Rio (UFRJ) rejeitou aderir à proposta. Mas tanto na capital fluminense quanto em outros Estados participaram grupos com outras bandeiras, sobretudo políticas, como “Lula livre”. Nas manifestações, havia militantes do PT e de outros partidos de esquerda, além de sindicatos.

Nas redes. Às 10h 30, as manifestações dessa terça eram assunto mais comentado no Twitter Brasil com as hashtags #Tsunami13Agosto e #TsunamiDaEducação. Nas redes sociais, nem Bolsonaro nem o ministro da Educação, Abraham Weintraub, comentaram.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Câmara aprova texto-base da MP que reduz burocracia

Mudanças em regras trabalhistas caíram; projeto agora prevê um domingo de folga ao mês

BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem, por 345 votos a favor e 76 contra, o texto-base da MP da Liberdade Econômica. A medida só foi votada depois da retirada de pontos polêmicos que propunham alterações nas regras trabalhistas. Segundo o governo, as propostas têm por objetivo a redução da burocracia. O texto mantém a permissão de trabalho nos domingos e feriados, mas determina que empregadores liberem uma folga, também aos domingos, pelo menos uma vez a cada quatro semanas – e não sete, como previsto inicialmente. Também foi mantida a possibilidade de bancos abrirem aos sábados e a

criação da carteira de trabalho digital. Foi retirada, entre outros pontos, proposta de passar para o Direito Civil os contratos de quem ganha mais do que 30 salários (R\$ 29.940). No total, o texto perdeu 33 dos 53 artigos. Os destaques, que ainda podem modificar o texto final, devem ser votados hoje pelos deputados.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base da Medida Provisória da Liberdade Econômica, que reduz burocracias. Os destaques, sugestões de mudanças que podem modificar o texto final, serão votados hoje.

O texto foi aprovado por volta de 23h, depois de muitas negociações ao longo do dia, por 345 a favor e 76 contra. A medida perde a validade no dia 27 de agosto. Depois de encontrar resistência entre parlamentares, principalmente por causa de alterações nas regras trabalhistas, o governo e o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), relator da MP, enxugaram o texto para levá-lo a votação.

A retirada de vários artigos foi feita depois de o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), intervir. Ele se reuniu com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e chegou a conversar com líderes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) antes da votação.

“O que importa é o que ficou, estamos salvando a MP”, afirmou o relator.

O texto aprovado manteve a permissão de trabalho aos domingos e feriados, mas estabeleceu que os empregadores terão de permitir o descanso dos trabalhadores aos domingos pelo menos uma vez a cada quatro semanas. Esse prazo foi reduzido após o Estadão/Broadcast mostrar, na última sexta-feira, que uma versão anterior da MP havia previsto o descanso nesse dia obrigatoriamente apenas a cada sete semanas.

“Embora não tenha mexido em direito nenhum, houve um erro de comunicação do governo que incluiu esse ponto e não explicou direito. Não tem como isso prosseguir e ser aceito pela sociedade”, disse Goergen.

A MP saiu com 53 artigos da Comissão Especial e o texto aprovado ficou com 20 artigos. Entre os pontos que foram retirados está a anistia de multas da tabela do frete e a criação de um documento único de transporte de cargas. Segundo Goergen, as duas alterações serão reenviadas em um projeto de lei pelo governo na semana que vem. “Retiramos os pontos que tinham risco de ser declarados inconstitucionais ou que criavam debates paralelos”.

A versão final também deixou de fora previsão de que os contratos de quem ganha mais de 30 salários mínimos (R\$ 29.940) seriam regidos pelo direito civil e não estariam protegidos pelas normas da CLT.

Foram mantidas, no entanto, alterações feitas pelo relator como a possibilidade de bancos abrirem aos sábados e de, após acordo, os trabalhadores baterem ponto “por exceção”, marcando apenas horários de entrada e saída fora do habitual. Permaneceram ainda a previsão de que o eSocial será substituído por outro programa em até 120 dias e a criação da carteira de trabalho eletrônica.

Alvarás. O texto levado a votação preservou os pontos originais enviados pelo governo,

como o fim da necessidade de licenças e alvarás para negócios de baixo risco (a definição das atividades de baixo risco será estabelecida em um ato do Poder Executivo, caso não haja regras estaduais, distritais ou municipais sobre o tema) e a proibição do “abuso regulatório”, como a criação de regras para leis para reserva de mercado ou controle de preço.

Foram revogados ainda artigos da CLT que vedavam trabalho de categorias como professores e telemarketing aos domingos e que estipulavam regras para anotações na carteira de trabalho.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**Protestos por Educação têm críticas ao Future-se e à gestão do MEC
Organizados por entidades de estudantes, professores e sindicatos, atos
aconteceram em todos os estados e no DF, e fizeram ressalvas ao recém-lançado
programa para universidades
RIO E SÃO PAULO**

Dezenas de cidades de todo o país registraram ontem protestos contra os cortes anunciados pelo governo federal na área da Educação. Além da União Nacional dos Estudantes (UNE), o "3º Grande Ato em Defesa da Educação" foi convocado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e por sindicatos da área.

Segundo o portal G1, foram realizados protestos em 85 cidades, em todos os estados da federação e no DF. Já a UNE diz que 200 cidades tiveram manifestações. Milhares de pessoas se reuniram no centro do Rio e de São Paulo para protestar, entre outras pautas, contra o Future-se, programa lançado em julho pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de reformar o ensino superior e os Institutos Federais (IF).

No Rio, estudantes, professores, sindicalistas e políticos de esquerda se concentraram na Candelária. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, foram os principais alvos das críticas. Até a conclusão desta edição, eles não haviam se manifestado sobre os atos.

ATO FECHA A PAULISTA

Revezando-se ao microfone, representantes das entidades que organizaram o protesto apontavam que o Future-se pretende privatizar o ensino universitário.

— Na prática, com o Future-se, o governo federal quer se eximir das responsabilidades que ele tem com o ensino superior — queixou-se Tainá de Paula, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro.

Batizado de "tsunami da educação" pelos manifestantes, o ato seguiu sob chuva pelas duas faixas da avenida Rio Branco até a sede da Petrobras, na Almirante Barroso. Com palavras de ordem, os manifestantes também criticaram a Reforma da Previdência e privatizações. Procuradas, tanto a Polícia Militar quanto a organização do protesto não estimaram o número de presentes no Rio.

Na capital paulista, os manifestantes se reuniram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) e, no fim da tarde, chegaram a fechar os dois sentidos da avenida Paulista.

Às 18h, o bloqueio começava na avenida Brigadeiro Luis Antônio.

A aglomeração de estudantes, professores e sindicalistas ocupou as quadras do Masp até a Praça do Ciclista e seguiu para a Praça da República. Por lá, também foram vistos ataques ao Future-se. A UNE diz que o programa foi "construído sem nenhum debate prévio com os setores que compõem a universidade".

— A essência do projeto é que ele propõe para a universidade uma certa dependência, do ponto de vista da captação financeira, em relação ao setor privado. Temos visto que o financiamento público da universidade tem diminuído. Já chegou a patamares preocupantes. Isso pode prejudicar a autonomia da universidade — afirmou Iago Montalvão, presidente da UNE e estudante de Economia da Universidade de São Paulo (USP).

Montalvão afirmou que o MEC só recebeu as entidades para conversar sobre o contingenciamento após muita insistência e que "o diálogo foi pouquíssimo proveitoso".

Opinião do Globo :: Estratégico

ENTRE TANTAS notícias negativas na área da Educação, é bom saber que a implementação do novo formato do ensino médio avança em alguns estados.

ESTA REFORMA pode acabar com várias deficiências que levam a uma alta evasão de alunos. Do seu êxito vai depender se o Brasil conseguirá elevar sua produtividade pela qualificação dos jovens.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

ZONA FRANCA

GRADUAÇÃO Tecnológica em Gestão, da Escola Nacional de Seguros, recebe 5 absoluto do MEC.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Pela educação

Milhares de pessoas foram às ruas ontem, em todo o país, para participar de atos em defesa da educação e contra a reforma da Previdência. As manifestações, pacíficas, foram registradas em pelo menos 85 cidades dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6389771/pela-educacao>

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Atos no País contra pautas federais

Convocados por entidades sindicais e movimentos estudantis, professores, técnico-administrativos e estudantes participaram nesta terça-feira (13), em várias cidades do País, de atos contra o contingenciamento de recursos da educação, em defesa da autonomia das universidades públicas e contra a reforma da Previdência. No Recife, o ato se concentrou na Rua da Aurora, área central da capital. No fim da tarde, os manifestantes saíram em marcha até a Praça da Independência. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ocorreram manifestações em ao menos 170 cidades dos 26 Estados, além do Distrito Federal.

O ato, convocado nacionalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE), também contou com a presença de parlamentares. No Recife, participaram os deputados estaduais Ducicleide Amorim (PT), Teresa Leitão (PT) e Isaltino Nascimento (PSB). A vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PCdoB), também esteve presente. Na avaliação de Luciana, é importante para a oposição se manter mobilizada porque “as ameaças são muito grandes”.

“Não é possível que tudo se mova em função de resolver um déficit fiscal, inclusive sabendo que dentro do orçamento já há uma destinação significativa para a dívida pública. Isso é uma pauta anti-povo e anti-nação também”, afirmou. Isaltino – que na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) atua como líder do governo Paulo Câmara (PSB) – fez um discurso forte contra o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL). “Nós estamos aqui na rua mostrando ao ditador que está no Palácio do Planalto que nós não vamos nos calar. Nós brasileiros sabemos o quanto foi caro retomar a democracia nesse País em 1985, depois de 21 anos de ditadura militar”.

Para vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe), Isabelle Meunier, a manifestação política dos professores e estudantes é “essencial” no atual contexto. “A gente está defendendo uma coisa que não precisaria estar defendendo, que é o direito à educação, que a gente só tinha a avançar. Agora não. Nós sofremos um retrocesso, vem sofrendo cortes e cortes, contingenciamentos, desrespeito, uma narrativa totalmente contrária, agressiva, a quem produz ciência, a quem produz conhecimento”, disse.

De acordo com a UNE, os protestos também foram contra a proposta do MEC de instaurar o programa Future-se, que, segundo a pasta, busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Para as entidades sindicais e movimentos estudantis, o projeto transfere atribuições dos governos para o mercado.

topo 

O DIA - RJ - SERVIDOR

Proposta exige que contracheques de professores detalhem uso do Fundeb para pagar salários

De autoria de Eliomar Coelho, projeto de lei tem objetivo de dar mais transparência à gestão de recursos do fundo

O uso de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) para o pagamento de professores ativos pela Secretaria Estadual de Educação tem sido alvo de questionamentos.

Depois de o Ministério Público do Rio entrar no circuito e impedir que servidores da pasta cedidos à Alerj continuassem a ser pagos com recursos do fundo — agora é o Legislativo que banca os salários —, um projeto de lei que tramita na Casa também trata do Fundeb.

A proposta, de Eliomar Coelho (Psol), foi aprovada ontem em primeira discussão. E prevê que os contracheques de professores venham com detalhes de quanto do pagamento de salários foi feito com verbas do fundo.

A ideia é dar mais transparência à gestão do Fundeb. O deputado lembrou que é autor de lei que prevê a mesma medida no Município do Rio.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

UNE critica projeto Future-se, do MEC

As manifestações organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) contra os cortes na área da educação nesta terça-feira, dia 13, foram registradas em diversas capitais e cidades brasileiras. De acordo com a UNE, o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC), tem o objetivo de “sucatear para depois privatizar” a educação. Os atos desta terça chegaram a ser o assunto mais comentado no Twitter Brasil com as hashtags #Tsunami13Agosto e #TsunamiDa Educação .

Autoridades e instituições ligadas ao tema se manifestaram sobre os protestos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) afirmou que o contingenciamento de R\$ 348 milhões divulgado pelo MEC na semana passada “afetará a compra e a distribuição de centenas de livros didáticos que atenderiam crianças do ensino fundamental de todo o País ” . Já a presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS), Carina Vitral, afirmou que enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não “arredarem o pé dos cortes e ataques ao povo” os estudantes não deixarão as ruas.

Intitulado “3º Grande Ato em Defesa da Educação” , as manifestações ocorrem, segundo a UNE, em mais de 150 cidades dos 26 Estados e no Distrito Federal. Na capital paulista, centenas de estudantes, professores e manifestantes de movimentos sociais ocupavam parcialmente o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na tarde desta terça-feira.

A concentração para o ato fechou a Avenida Paulista apenas no sentido da Rua da Consolação. “Acho que a população está mais indignada, porque os efeitos dos cortes na educação começam a aparecer agora”, diz o presidente da UNE, o goiano Iago Montalvão. Ele diz que o protesto também é motivado por atos recentes do presidente do Jair Bolsonaro, como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. “Estão negando a ciência, negando o método científico. ” No entanto, o movimento tenta afinar o discurso com outras bandeiras da oposição ao governo Bolsonaro, como o coro “Lula Livre” e a crítica à reforma da Previdência. Partidos como PSOL e PSTU marcam presença no ato .

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Artigo : Autonomia financeira para as universidades públicas

Novas receitas serão complementares ao orçamento público

Acreditar que temos potencial para nos tornarmos um país desenvolvido nos fez lançar o Future-se, Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras. A ponte para o desenvolvimento é termos uma educação de qualidade. Para tanto, o intuito é fortalecer a autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de captação de receitas próprias e fomentando à contratualização com Organizações Sociais (OS) ou Fundações de Apoio (FA). Ressalta-se que as novas receitas serão complementares ao orçamento público já destinado para as IFES, e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos.

O Future-se possui três eixos:

- 1) gestão, governança e empreendedorismo;
- 2) pesquisa e inovação; e
- 3) internacionalização.

O objetivo é promover os bons projetos já desenvolvidos nas Ifes, a partir da criação de uma cultura empreendedora e uma visão sistêmica, expandi-los em todas as regiões do país e exportá-los, por meio do Fundo Soberano do Conhecimento (FSC). Este será um fundo de investimento multimercado, que será composto por fundos de investimentos imobiliários (FII), constituído a partir da integralização de bens imobiliários da União, e fundos de investimentos em participações (FIP), cuja política de investimento potencializará o ecossistema de inovação e atrairá cada vez mais investidores estrangeiros para o país.

Em resumo, muitos países se valeram de fundos soberanos, constituídos por meio de receitas finitas, como por exemplo, petróleo e minério, para se desenvolverem. Nós teremos um fundo soberano constituído a partir de receitas infinitas: conhecimento produzido nas nossas Ifes. O retorno para os investidores é certo, pois o potencial que temos para gerar mais patentes, startups e sociedades de propósito específico (SPE) é gigantesco. Será criado um círculo virtuoso do investimento, pois uma parte da riqueza retornará para o ambiente acadêmico, como uma espécie de royalties incidentes sobre o faturamento das ações bem-sucedidas.

Quem acredita no potencial dos nossos alunos e professores deixará de investir em títulos públicos e começará a investir no FSC, cujo retorno social será ainda mais gratificante. Será a consagração do capitalismo social: sustentabilidade financeira com retorno educacional.

Além do FSC, teremos funding de mais de R\$ 100 bilhões, que poderão ser acessados por empresas juniores, SPE, FA, OS, agências de inovação e parques tecnológicos, com o intuito que parte desse retorno também volte para as universidades e institutos federais, criando uma cultura empreendedora.

Ademais, as Ifes também poderão criar fundos financeiros próprios, facilitando a captação direta de suas receitas sem estarem sujeitas ao contingenciamento. É tudo que todo reitor sonhou: mais liberdade e previsibilidade.

Nossos talentos não precisarão mudar para outros países para desenvolverem pesquisas científicas de ponta, e os nossos alunos empreendedores não terão suas ideias limitadas às paredes da garagem de sua casa. Nossas bibliotecas serão um celeiro de startups, ou seja, Startecas.

Atualmente, mais de US\$ 13 trilhões de dólares estão fluando no mundo com taxas de juros reais negativas. Precisamos trazer parte desses recursos para alavancar ainda mais os investimentos na educação. Para tanto, precisamos entender que podemos ter camisas diferentes, mas uma única bandeira: educação de qualidade para alavancar o nosso desenvolvimento. Nesse sentido, convido-os a participarem da consulta pública. Cabe a nós sermos protagonistas do nosso próprio destino. Futuremos-nos!

Arnaldo Lima é secretário de Educação Superior do MEC

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Corte de Bolsonaro na educação afetará 359 mil estudantes no DF Dos R\$ 348 milhões congelados pelo Ministério da Educação para material didático, R\$ 24 mi seriam destinados a escolas públicas brasileiras

A recente tesourada que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) deu na educação nacional também afetou o DF. Na capital, milhares de estudantes da rede pública podem ter o aprendizado prejudicado pelo congelamento de verbas federais destinadas à compra de materiais didáticos.

No último dia 7, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões que seriam investidos na produção, aquisição e distribuição de obras literárias e pedagógicas no país. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desse total, R\$ 24 milhões estavam reservados para Brasília.

Atualmente, há 460 mil alunos na rede pública local, dos quais 359 mil integram os ensinos fundamental e médio. É esse o grupo que será atingido, de acordo com o FNDE. Os demais estudantes são das creches e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Secretaria de Educação do DF vai avaliar e debater com o FNDE os impactos do novo contingenciamento. Segundo a pasta, desde o primeiro semestre, o Distrito Federal trabalha na elaboração de livros didáticos e materiais digitais próprios para a rede pública brasileira, uma vez que o problema vem desde o início de 2019, conforme noticiou o Metrôpoles.

Em março, várias escolas do DF estavam sem livros didáticos. Na época, a Secretaria de Educação afirmou, por meio de nota, não ter responsabilidade sobre a distribuição desigual de tais materiais impressos na rede pública, pois isso se trata de uma atribuição do governo federal. “O Programa do Livro e Material Didático (PNLD) é uma política nacional em que a aquisição e distribuição de livros é realizada pelo FNDE, de acordo com o Censo Escolar.”

Apesar de a previsão ser de agravamento do problema em razão do novo bloqueio de verbas federais, segundo o MEC, o contingenciamento não é uma decisão definitiva. “À medida que haja uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento”, argumentou o ministério em nota enviada à reportagem nessa terça-feira (13/08/2019).

Pelas contas do diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro) Samuel Fernandes, atualmente, 70% das escolas do Distrito Federal sofrem com a falta de obras literárias e pedagógicas. “Em algumas falta um livro. Em outras, turmas inteiras estão sem material”, disse.

De acordo com o sindicalista, a falta de livros reduz o ritmo das aulas, pois os professores são forçados a sempre detalhar todo conteúdo no quadro-negro, quando poderiam estar falando diretamente com os alunos e esclarecendo dúvidas. “Prejudica também o dever de casa, pois, sem o material pedagógico em mãos, os estudantes não

conseguem resolver as tarefas”, assinalou.

A professora da faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Carmenísia Jacobina Aires também destaca a importância dos livros didáticos na aprendizagem das crianças. “A tecnologia é um meio de suma importância, mas nem todas as escolas oferecem computadores e internet. E também não é saudável ficar na frente de uma tela por muito tempo. O livro ainda desenvolve o prazer e o gosto pela leitura”, disse.

Segundo a educadora, obras literárias e pedagógicas em papel também contribuem para os estudantes aprenderem, na escola, conceitos cívicos e sociais importantes, como o cuidado com o patrimônio e o compartilhamento de informações.

De acordo com o MEC, apesar do contingenciamento, a produção, a aquisição e a distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidas para 2020. A pasta assegurou que o Programa Nacional do Livro Didático possui cronograma específico de pagamento e não será afetado.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo País

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realiza nesta terça-feira, 13, manifestações em todo o País para protestar contra os cortes na área da educação. Os estudantes defendem ainda a autonomia das universidades e são contrários ao programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O projeto tem o objetivo de atrair investimentos privados para as instituições públicas e regulamentar a participação das organizações sociais na gestão.

Autoridades e instituições ligadas ao tema se manifestaram sobre os protestos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) afirmou que o contingenciamento de R\$ 348 milhões divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na semana passada “afetará a compra e a distribuição de centenas de livros didáticos que atenderiam crianças do ensino fundamental de todo o País”.

Já a presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS), Carina Vitral, afirmou que enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não “arredarem o pé dos cortes e ataques ao povo” os estudantes não deixarão as ruas.

Intitulado “3º Grande Ato em Defesa da Educação”, as manifestações ocorrem, segundo a UNE, em mais de 150 cidades dos 26 Estados e no Distrito Federal. Os dois primeiros protestos foram nos dias 15 e 30 de maio.

São Paulo

Na capital paulista, centenas de estudantes, professores e manifestantes de movimentos sociais ocupavam parcialmente o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na tarde desta terça-feira. Terceiro protesto convocado desde o anúncio de contingenciamento de 30% em verbas de universidades federais, a concentração para o ato fechou a Avenida Paulista apenas no sentido da Rua da Consolação, por onde uma passeata deve seguir em direção à Praça da República.

“Acho que a população está mais indignada, porque os efeitos dos cortes na educação

começam a aparecer agora”, diz o presidente da UNE, Iago Montalvão. Ele diz que o protesto também é motivado por atos recentes do presidente do Jair Bolsonaro, como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. “Estão negando a ciência, negando o método científico.”

Os manifestantes também criticam o mais recente programa anunciado pelo Ministério da Educação, o Future-se, que promete autonomia financeira a universidades federais. A UNE classifica o projeto como uma “tentativa envergonhada de privatização das universidades”. A proposta da pasta inclui o repasse a organizações sociais (OS) de projetos em áreas de ensino, pesquisa e inovação.

“Esse projeto foi apresentado em qualquer diálogo com a academia, o que é bem preocupante”, afirma o estudante Guilherme Bianco, que cursa Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e integra a executiva da UNE.

Balões e bandeiras de várias entidades de classe foram colocados no vão livre do Masp, entre elas do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), do sindicato dos professores municipais (Aprofem), da UNE, de entidades que representam estudantes secundaristas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Central Única Trabalhadores (CUT).

O congelamento de 30% do orçamento das universidades federais ainda mobiliza o movimento. Segundo a CUT, 32 cidades no Estado de São Paulo estão mobilizadas em protestos pela educação.

“Balbúrdia é cortar dinheiro da educação”, dizia uma das faixas confeccionada pelos estudantes, em referência a uma entrevista do ministro Abraham Weintraub ao jornal O Estado de S. Paulo, no fim de abril.

No entanto, o movimento tenta afinar o discurso com outras bandeiras da oposição ao governo Bolsonaro, como o coro “Lula Livre” e a crítica à reforma da Previdência. Partidos como PSOL e PSTU marcam presença no ato.

“Nós temos de criar um clima de discussão em torno das nossas propostas, não reação às deles”, considera o professor Francisco Fonseca, que dá aulas de Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). “O que a extrema direita quer é interditar o debate público no Brasil.”

Alguns manifestantes também carregam cartazes com o rosto de Fernando Santa Cruz, morto na ditadura militar, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. “Herói dos estudantes”, diz o cartaz confeccionado pela UNE.

Rio de Janeiro

Centenas de pessoas se reúnem ao redor da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, na tarde desta terça.

Realizado simultaneamente em várias cidades brasileiras, o ato foi convocado pelas redes sociais pela UNE, pela CUT e por outras entidades da sociedade civil. No Rio, a

maioria dos manifestantes é estudante de escolas públicas. Às 16h30, lideranças estudantis discursavam em carro de som. A Polícia Militar observava, e o ato transcorria de forma pacífica.

Por volta das 18 horas, os manifestantes seguiriam em caminhada até a sede da Petrobras, também no centro do Rio. Normalmente o ponto final dos protestos é a Cinelândia ou a estação férrea Central do Brasil, mas o destino foi alterado, segundo os organizadores, para que o ato sirva também como protesto contra a venda de ativos da petroleira estatal.

Salvador

Estudantes, professores e outras categorias da sociedade civil participaram de manifestação em Salvador na manhã desta terça-feira. Com faixas, cartazes e bandeiras, eles começaram a se concentrar na Praça do Campo Grande, na região central da cidade, por volta das 9 horas, e, de lá, saíram em caminhada até a Praça Castro Alves, provocando lentidão no trânsito naquela região.

O ato contou ainda com a presença de centrais sindicais, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA) e de políticos do PT e PCdoB.

“Com essas manifestações, estamos defendendo a democracia e a soberania nacional. Somos contra os cortes na educação e a reforma da Previdência, que está tramitando no Senado, além da privatização das universidades públicas, entre outras medidas que vem sendo adotadas pelo governo Bolsonaro”, disse Cedro Silva, presidente da CUT-Bahia.

Já o representante da UNE, Natan Ferreira, explicou que o movimento dessa terça é uma continuidade das manifestações iniciadas no mês de maio. “Por muito tempo estivemos distantes da universidade, mas, hoje, queremos participar e reivindicar. A revolta com esse governo é porque a gente conseguiu democratizar o espaço universitário, e não podemos deixar voltar atrás”, comentou.

A presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), Raquel Nery, revelou que as mobilizações tendem a se fortalecer a partir de agora. “Cobrar respeito e melhorias tem que ser sempre o nosso papel, enquanto entidade pública.”

Durante a caminhada, os manifestantes, em menor número do que o de atos anteriores, gritavam palavras de ordem contra o governo e a favor do “Lula livre”. Para os organizadores, 30 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar não fez estimativa.

Veja abaixo onde ocorrem os atos de estudantes nas capitais brasileiras, em 13 de agosto (horários locais)

Região Norte

Acre: Praça da Revolução, Rio Branco, às 16 horas

Amazonas: Praça da Saudade, Manaus, às 15 horas

CLIPPING



Amapá: Praça da Bandeira, Macapá, às 13 horas

Pará: Praça da República, Belém, às 8 horas

Rondônia: Praça Três Caixas D'Água, Porto Velho, às 16 horas

Roraima: Praça do Centro Cívico, Boa Vista, às 16 horas

Tocantins: Praça dos Girassóis, Palmas, às 9 horas

Nordeste

Alagoas: Centro de Educacional de Pesquisas Aplicadas (Cepa), Maceió, às 8 horas

Bahia: Praça do Campo Grande, Salvador, às 9 horas

Ceará: Praça da Gentilândia, Fortaleza, às 8 horas

Maranhão: Praça Deodoro, São Luís, às 15 horas

Paraíba: Liceu Paraibano, João Pessoa, às 14 horas

Pernambuco: Rua Aurora, Recife, às 14 horas

Piauí: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Teresina, às 8 horas

Rio Grande do Norte: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) Central, Natal, às 14h30

Sergipe: Praça General Valadão, Aracaju, às 15 horas

Sudeste

Espírito Santo: Teatro Universitário, Vitória, às 16 horas

Minas Gerais: Praça da Assembleia Legislativa, Belo Horizonte, às 16 horas

Rio de Janeiro: Largo da Candelária, Rio de Janeiro, às 15 horas

São Paulo: Museu de Arte de São Paulo (Masp), São Paulo, às 15 horas

Sul

Paraná: Praça Santos Andrade, Curitiba, às 18 horas

Rio Grande do Sul: Esquina Democrática, Porto Alegre, às 18 horas

Santa Catarina: Largo da Catedral, Florianópolis, às 16 horas

Centro-Oeste

Distrito Federal: Museu da República, Brasília, às 9 horas

Goiás: Praça Universitária, Goiânia, às 15 horas

Mato Grosso: Praça Alencastro, Cuiabá, às 14 horas

Mato Grosso do Sul: Rua 7 de Setembro, Campo Grande, às 7 horas

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Grupo protesta em Vitória contra corte de verbas na educação federal Parte do grupo se concentrou no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Goiabeiras, e outras parte, nas proximidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em Jucutuquara

Um grupo de manifestantes realizaram um ato público em Vitória, na noite desta terça-feira (13), contra a redução de verbas na educação federal. Parte do grupo se concentrou no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Goiabeiras, e outras parte, nas proximidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em Jucutuquara.

Por volta das 18 horas, os dois grupos, formados por professores e estudantes das duas instituições de ensino, iniciaram uma carreata, com destino à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), na Enseada do Suá. O grupo que saiu da Ufes interditou parcialmente o trânsito nas avenidas Fernando Ferrari e Reta da Penha. Já o que saiu do Ifes ocupou duas faixas das avenidas Vitória e César Hilal.

Os dois grupos se encontraram na Avenida Jones dos Santos Neves e seguiram juntos até a Praça da Ciência, na Praia do Canto. Logo depois, caminharam em direção à Assembleia Legislativa, ocupando totalmente uma pista da Avenida Américo Buaid.

Durante todo o trajeto, os manifestantes gritavam palavras de ordem e carregavam faixas e cartazes com mensagens em alusão ao Governo Federal e à educação no Brasil. O ato faz parte do movimento de Greve Nacional da Educação e é contra o Projeto de Lei "Future-se", do Ministério da Educação (MEC), e contra a reforma da Previdência.

Por meio de nota, a assessoria de comunicação da Ufes informou que as atividades acadêmicas e administrativas funcionaram normalmente nesta terça-feira. Sobre a manifestação, a universidade informou que a adesão ao movimento de professores e estudantes é voluntária e individual.

Já o Ifes informou que não houve paralisação das atividades em virtude da paralisação e que respeita o direito a greve. Disse ainda que a adesão à manifestação é de posicionamento individual do servidor.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Telemedicina ainda na sala de espera Atendimento médico já pode ser feito através de consultas por apps e inteligência artificial, mas serviço gera polêmica

Hoje, quem fica doente precisa sair de casa. Afinal, ainda que muitos médicos aceitem fazer a consulta por meio de WhatsApp e Skype, não há meios oficiais e seguros de encaminhar a receita. Mas a solução para isso já pode estar na tela do seu celular. É a

telemedicina, ramo do atendimento médico que leva consultas, exames e triagens direto a plataformas digitais especializadas, e com uma grande leva de startups tentando entrar no mercado.

Uma dessas startups é a Teldoctor, de teleconsultas. Fundada em 2018, a empresa oferece uma plataforma, via aplicativo ou website, que faz triagem ou atendimento médico simples. Ali, o paciente passa por um questionário típico dos consultórios (idade, cirurgias, remédios) e, depois, relata a dor ou incômodo que sente. A partir daí, o serviço usa uma inteligência artificial própria para fazer um diagnóstico prévio.

Para validar a máquina, um médico do corpo clínico da Teldoctor faz a certificação do caso, que também é enviada digitalmente ao paciente. Como qualquer médico, o profissional da Teldoctor pode prescrever remédios e exames ou fazer encaminhamentos a outros profissionais - ainda que medicamentos específicos, como antibióticos, sejam evitados. Tudo isso é feito em poucos minutos, de maneira digital, com um custo de R\$ 69,90.

"Nós fazemos um atendimento primário e que envolva apenas alguma das três mil doenças mais comuns do mundo. Caso a gente perceba que é algo mais grave, estornamos o valor do atendimento e encaminhamos para um pronto-socorro", explica Marcelo Callegari, sócio da startup. Segundo ele, a startup já realizou 450 mil atendimentos desde a sua criação e tem capacidade para 150 mil consultas ao mês. "O nosso objetivo é levar isso a cidades que não têm atendimento. É desafogar o SUS com uma boa triagem."

O alívio de movimento dos prontos-socorros é o que também mira a Teladoc, empresa americana que chegou ao País em 2018 após comprar a Advance Medical, empresa de orientação médica via telefone. Com a união, a companhia passou a oferecer serviços de vídeo - entre os clientes da Teladoc estão BRF, Grupo Renault, o Hospital Sírio Libanês e o Grupo Fleury.

"Hoje, cerca de 51% das pessoas que ligam pelo 0800 e tinham intenção de ir ao pronto-socorro acabam ficando em casa. Quando a gente passar a realizar a consulta, esse número pode subir para 80%", explica Jean Marc Nieto, diretor-geral da empresa no Brasil.

Além de triagem e consultas, a telemedicina olha também para a digitalização de exames. Startups como Portal Telemedicina, acelerada pelo Google, oferecem uma plataforma online que conecta clínicas pequenas ou em regiões remotas com especialistas espalhados pelo Brasil. Ou seja: quem mora em alguma cidade afastada não precisa se deslocar com seu exame para saber os resultados. Basta enviar a documentação pela plataforma e esperar o laudo - os dados ainda ficam armazenados por até cinco anos caso o médico precise recorrer a informações mais antigas.

Legislação

Apesar das promessas de agilidade e precisão, a telemedicina é alvo de polêmica. No começo do ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a norma 2.227/2018, que regulariza o exercício de medicina via meios digitais em plataformas que sigam regras de segurança e privacidade. Porém, foi revogada dias depois após protestos de parte da comunidade médica, o que fez uma norma de 2002 voltar à ativa. A nova

regularização está em consulta pública, e deve ser publicada no fim do ano.

"Em 2002, não havia Facebook, iPad e smartphone. A tecnologia avançou e a medicina tem de acompanhar", afirma Chao Lung Wen, da Câmara Técnica de Informática em Saúde do CFM. "A comunidade médica tem de entender que é uma oportunidade", diz.

Nos Estados Unidos, onde a prática da telemedicina já é legalizada e possui mercado ativo, a receptividade do público é alta. Segundo a consultoria Accenture, hoje 29% dos 2.338 entrevistados nos Estados Unidos usam alguma forma de atendimento virtual. E mais da metade usa enfermeiros virtuais para monitorar condições de saúde, medicamentos e sinais vitais.

"Alguns centros estão muito avançados e já trabalham ativamente nas áreas de ensino, pesquisa e até atividades assistenciais com telemedicina", destaca a vice-coordenadora do Núcleo de Educação a Distância e Tecnologias da Informação em Saúde da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Denise Zornoff. "Mas o Brasil tem um forte potencial. Já tem programas de impacto que colocam o País no mapa da telemedicina e se torna promissor para investimentos neste mercado. É impossível parar a telemedicina."

À espera

Não é bem assim. A indefinição da regulamentação freou investimentos - há o receio de que produtos seja restringidos ou proibidos. A Telavita, por exemplo, está em um estado de suspensão com a telemedicina. A startup é uma estrutura preparada para fazer consultas por meio de vídeo. É um modelo testado e validado por conta do serviço de consultas com psicólogos, modalidade que tem sinal verde para funcionar.

No entanto, a startup decidiu esperar a regulação para evitar dores de cabeça no futuro. "A situação é a mesma de quando esperávamos a regulação da teleterapia. Hoje, já podemos fazer orientação, mas não diagnósticos completos", explica Milene Rosenthal, fundadora da Telavita. O que ela espera é um posicionamento do CFM com relação aos protocolos, já que a prática é difícil de mudar. "As pessoas já consultam médicos por Skype e WhatsApp. Esperamos que o conselho olhe para segurança", diz.

Chao Lung Wen, do CFM e também professor da Universidade de São Paulo (USP) na área de telemedicina, vai além: "É preciso que se rompa o desconhecimento com a área. As faculdades de medicina precisam colocar a disciplina de telemedicina ao longo do curso, para os profissionais irem se acostumando", disse. "Se isso já tivesse sido feito, a nova norma não teria sido questionada."

Uber das consultas

Uma startup médica que vai num caminho diferente das que apostam em consultas a distância é a Docway. Fundada por Fábio Tiepolo, em 2015, a startup surgiu com a ideia de "uberização" da medicina. Para isso, a pessoa entra na plataforma, escolhe a especialidade, marca o horário e aguarda a chegada do médico em casa. O pagamento, que tem um valor diferente para cada profissional, é feito por cartão de crédito direto no app. Segundo a companhia, já são 100 mil usuários e 4 mil médicos em mais de 260 cidades.

A startup quer ir além, mas prefere esperar a regularização do setor para avançar com

mais segurança. "Nos preparamos durante 2018 com muito investimento na área para atender a requisitos da teleconsulta. Mas tivemos de ajustar nossos planos e esperar a regularização." /COLABOROU BRUNO CAPELAS

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Milhares voltam às ruas em defesa da educação

Atos convocados por movimentos estudantis e sindicatos foram realizados em dezenas de cidades brasileiras. Terceira mobilização contra contingenciamento de verbas foi menor do que as realizadas em maio. Milhares de estudantes foram nesta terça-feira (13/08) às ruas de dezenas de cidades do país contra o contingenciamento de recursos da educação, em defesa da autonomia das universidades públicas e contra a reforma da Previdência.

Os atos foram convocados por entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), e centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo a agência de notícias EFE, protestos ocorreram em ao menos 77 cidades, tendo sido menos abrangente que os anteriores, enquanto o portal G1 contabilizou atos em 85 cidades. A UNE, por sua vez, afirmou que manifestações foram realizadas em mais de 200 municípios.

Esta é a terceira mobilização nacional em defesa da educação - e a quarta manifestação nacional contra o governo Bolsonaro, se levada em conta a greve geral de 14 e junho. A primeira foi em 15 de maio, tendo ocorrido em mais de 220 cidades. A segunda aconteceu em 30 de maio, em pelo menos 136 cidades.

As maiores concentrações nesta terça-feira foram no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, a passeata partiu da Igreja da Candelária, seguindo pela Avenida Rio Branco, entrando na Avenida Chile, indo até a sede da Petrobras.

Em São Paulo, os manifestantes se reuniram na Avenida Paulista, região central da cidade, bloqueando parte da via, seguindo em marcha rumo à Secretaria de Educação, na Praça da República.

publicidade

Em Brasília, três faixas do Eixo Monumental tiveram que ser bloqueadas ao tráfego de veículos enquanto os manifestantes caminhavam em direção ao Congresso Nacional. A certa altura, participantes da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, que também protestavam na Esplanada dos Ministérios, uniram-se ao ato.

Para a UNE, os contingenciamentos anunciados pelo governo afetam não só o ensino superior, mas também a educação básica, o ensino médio e programas de alfabetização.

De acordo com a UNE, os protestos também são contra a proposta do Ministério da Educação (MEC) de instaurar o programa Future-se, que para as entidades sindicais e movimentos estudantis, transfere para o mercado atribuições que são dos governos. Segundo o MEC, o programa busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Estudantes fazem protesto contra cortes na educação pelo País

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realiza nesta terça-feira, 13, manifestações em todo o País para protestar contra os cortes na área da educação. Os estudantes defendem ainda a autonomia das universidades e são contrários ao programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O projeto tem o objetivo de atrair investimentos privados para as instituições públicas e regulamentar a participação das organizações sociais na gestão.

De acordo com a UNE, o Future-se tem o objetivo de "sucatear para depois privatizar" a educação. Às 10h30, os atos desta terça já eram o assunto mais comentado no Twitter Brasil com as hashtags #Tsunami13Agosto e #TsunamiDaEducação.

Autoridades e instituições ligadas ao tema se manifestaram sobre os protestos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) afirmou que o contingenciamento de R\$ 348 milhões divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na semana passada "afetará a compra e a distribuição de centenas de livros didáticos que atenderiam crianças do ensino fundamental de todo o País".

Já a presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS), Carina Vitral, afirmou que enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não "arredarem o pé dos cortes e ataques ao povo" os estudantes não deixarão as ruas.

Intitulado "3º Grande Ato em Defesa da Educação", as manifestações ocorrem, segundo a UNE, em mais de 150 cidades dos 26 Estados e no Distrito Federal. Os dois primeiros protestos foram nos dias 15 e 30 de maio.

São Paulo

Na capital paulista, centenas de estudantes, professores e manifestantes de movimentos sociais ocupavam parcialmente o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na tarde desta terça-feira. Terceiro protesto convocado desde o anúncio de contingenciamento de 30% em verbas de universidades federais, a concentração para o ato fechou a Avenida Paulista apenas no sentido da Rua da Consolação, por onde uma passeata deve seguir em direção à Praça da República.

"Acho que a população está mais indignada, porque os efeitos dos cortes na educação começam a aparecer agora", diz o presidente da UNE, Iago Montalvão. Ele diz que o protesto também é motivado por atos recentes do presidente do Jair Bolsonaro, como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. "Estão negando a ciência, negando o método científico."

Os manifestantes também criticam o mais recente programa anunciado pelo Ministério da Educação, o Future-se, que promete autonomia financeira a universidades federais. A UNE classifica o projeto como uma "tentativa envergonhada de privatização das universidades". A proposta da pasta inclui o repasse a organizações sociais (OS) de projetos em áreas de ensino, pesquisa e inovação.

"Esse projeto foi apresentado em qualquer diálogo com a academia, o que é bem

preocupante", afirma o estudante **Guilherme Bianco**, que cursa Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e integra a executiva da UNE.

Balões e bandeiras de várias entidades de classe foram colocados no vão livre do Masp, entre elas do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), do sindicato dos professores municipais (Aprofem), da UNE, de entidades que representam estudantes secundaristas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Central Única Trabalhadores (CUT).

O congelamento de 30% do orçamento das universidades federais ainda mobiliza o movimento. Segundo a CUT, 32 cidades no Estado de São Paulo estão mobilizadas em protestos pela educação.

"Balbúrdia é cortar dinheiro da educação", dizia uma das faixas confeccionada pelos estudantes, em referência a uma entrevista do ministro Abraham Weintraub ao jornal O Estado de S. Paulo, no fim de abril.

No entanto, o movimento tenta afinar o discurso com outras bandeiras da oposição ao governo Bolsonaro, como o coro "Lula Livre" e a crítica à reforma da Previdência. Partidos como PSOL e PSTU marcam presença no ato.

"Nós temos de criar um clima de discussão em torno das nossas propostas, não reação às deles", considera o professor Francisco Fonseca, que dá aulas de Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). "O que a extrema direita quer é interditar o debate público no Brasil."

Alguns manifestantes também carregam cartazes com o rosto de Fernando Santa Cruz, morto na ditadura militar, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. "Herói dos estudantes", diz o cartaz confeccionado pela UNE.

Rio de Janeiro

Centenas de pessoas se reúnem ao redor da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, na tarde desta terça.

Realizado simultaneamente em várias cidades brasileiras, o ato foi convocado pelas redes sociais pela UNE, pela CUT e por outras entidades da sociedade civil. No Rio, a maioria dos manifestantes é estudante de escolas públicas. Às 16h30, lideranças estudantis discursavam em carro de som. A Polícia Militar observava, e o ato transcorria de forma pacífica.

Por volta das 18 horas, os manifestantes seguiriam em caminhada até a sede da Petrobras, também no centro do Rio. Normalmente o ponto final dos protestos é a Cinelândia ou a estação férrea Central do Brasil, mas o destino foi alterado, segundo os organizadores, para que o ato sirva também como protesto contra a venda de ativos da petroleira estatal.

Salvador

Estudantes, professores e outras categorias da sociedade civil participaram de manifestação em Salvador na manhã desta terça-feira. Com faixas, cartazes e bandeiras, eles começaram a se concentrar na Praça do Campo Grande, na região central da cidade, por volta das 9 horas, e, de lá, saíram em caminhada até a Praça Castro Alves, provocando lentidão no trânsito naquela região.

O ato contou ainda com a presença de centrais sindicais, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA) e de políticos do PT e PCdoB.

"Com essas manifestações, estamos defendendo a democracia e a soberania nacional. Somos contra os cortes na educação e a reforma da Previdência, que está tramitando no Senado, além da privatização das universidades públicas, entre outras medidas que vem sendo adotadas pelo governo Bolsonaro", disse Cedro Silva, presidente da CUT-Bahia.

Já o representante da UNE, Natan Ferreira, explicou que o movimento dessa terça é uma continuidade das manifestações iniciadas no mês de maio. "Por muito tempo estivemos distantes da universidade, mas, hoje, queremos participar e reivindicar. A revolta com esse governo é porque a gente conseguiu democratizar o espaço universitário, e não podemos deixar voltar atrás", comentou.

A presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), Raquel Nery, revelou que as mobilizações tendem a se fortalecer a partir de agora. "Cobrar respeito e melhorias tem que ser sempre o nosso papel, enquanto entidade pública."

Durante a caminhada, os manifestantes, em menor número do que o de atos anteriores, gritavam palavras de ordem contra o governo e a favor do "Lula livre". Para os organizadores, 30 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar não fez estimativa.

Veja abaixo onde ocorrem os atos de estudantes nas capitais brasileiras, em 13 de agosto (horários locais)

Região Norte

Acre: Praça da Revolução, Rio Branco, às 16 horas

Amazonas: Praça da Saudade, Manaus, às 15 horas

Amapá: Praça da Bandeira, Macapá, às 13 horas

Pará: Praça da República, Belém, às 8 horas

Rondônia: Praça Três Caixas D'Água, Porto Velho, às 16 horas

Roraima: Praça do Centro Cívico, Boa Vista, às 16 horas

Tocantins: Praça dos Girassóis, Palmas, às 9 horas

Nordeste

CLIPPING



Alagoas: Centro de Educacional de Pesquisas Aplicadas (Cepa), Maceió, às 8 horas

Bahia: Praça do Campo Grande, Salvador, às 9 horas

Ceará: Praça da Gentilândia, Fortaleza, às 8 horas

Maranhão: Praça Deodoro, São Luís, às 15 horas

Paraíba: Liceu Paraibano, João Pessoa, às 14 horas

Pernambuco: Rua Aurora, Recife, às 14 horas

Piauí: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Teresina, às 8 horas

Rio Grande do Norte: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) Central, Natal, às 14h30

Sergipe: Praça General Valadão, Aracaju, às 15 horas

Sudeste

Espírito Santo: Teatro Universitário, Vitória, às 16 horas

Minas Gerais: Praça da Assembleia Legislativa, Belo Horizonte, às 16 horas

Rio de Janeiro: Largo da Candelária, Rio de Janeiro, às 15 horas

São Paulo: Museu de Arte de São Paulo (Masp), São Paulo, às 15 horas

Sul

Paraná: Praça Santos Andrade, Curitiba, às 18 horas

Rio Grande do Sul: Esquina Democrática, Porto Alegre, às 18 horas

Santa Catarina: Largo da Catedral, Florianópolis, às 16 horas

Centro-Oeste

Distrito Federal: Museu da República, Brasília, às 9 horas

Goiás: Praça Universitária, Goiânia, às 15 horas

Mato Grosso: Praça Alencastro, Cuiabá, às 14 horas

Mato Grosso do Sul: Rua 7 de Setembro, Campo Grande, às 7 horas

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Entidades lançam apelo contra corte de 84 mil bolsas de pesquisa científica

Corte no orçamento do CNPQ afeta todas as áreas do conhecimento, dizem pesquisadores - Lalo de Almeida 27.abr.16/Folhapress

Uma petição lançada hoje por 66 entidades civis e sociedades científicas apela ao Congresso e ao governo federal para seja recomposta a verba do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a fim de evitar que 84 mil pesquisadores tenham suas bolsas cortadas em setembro.

Segundo as entidades, caso o governo não recomponha o orçamento previsto para 2019, nem libere crédito suplementar de R\$ 330 milhões, não haverá como pagar a pesquisadores --e afetará todas as áreas do conhecimento. Ainda é solicitado que seja colocado no orçamento de 2020 recursos necessários para funcionamento do órgão.

As entidades alegam que a situação orçamentária coloca em risco "décadas de investimentos em recursos humanos e na infraestrutura para pesquisa e inovação no Brasil".

"Este fato, se concretizado, colocará milhares de estudantes de pós-graduação e de iniciação científica, no país e no exterior, em situação crítica para sua manutenção e para o prosseguimento de seus estudos, além de suspender as bolsas de pesquisadores altamente qualificados em todas as áreas do conhecimento", diz a petição.

Sem orçamento

A Lei Orçamentária Anual para 2019 previa gasto R\$ 784,8 milhões com bolsas --22% a menos dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado (corrigidos pelo IPCA). Além de insuficiente para pagar as bolsas deste ano, o CNPq usou R\$ 80 milhões dessa verba para cobrir bolsas de 2018.

Segundo as entidades, os cortes no orçamento da área de ciência, tecnologia e inovação já causaram "expressiva evasão de estudantes, o sucateamento e o esvaziamento de laboratórios de pesquisa, uma procura menor pelos cursos de pós-graduação e a perda de talentos para o exterior".

A petição das entidades ainda cita que a redução nos recursos de custeio operacional já impõe uma série de limitações ao pessoal técnico do CNPq.

Os avanços conquistados pela ciência brasileira também são lembrados no texto, com os estudos sobre o vírus da zika, o crescimento na produção de grãos, e descoberta e exploração do pré-sal.

"Consideramos inaceitável a extinção do CNPq, como sinaliza este estrangulamento orçamentário e uma política para a CT&I [Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação] sem compromisso com o desenvolvimento científico e econômico do país e com a soberania nacional", diz a petição.

Em julho, o CNPq já havia anunciado a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Milhares voltam às ruas em defesa da educação

Atos convocados por movimentos estudantis e sindicatos foram realizados em dezenas de cidades brasileiras. Terceira mobilização contra cortes de verbas governamentais foi menor do que as realizadas em maio. Milhares de estudantes foram nesta terça-feira (13/08) às ruas de dezenas de cidades do país contra o contingenciamento de recursos da educação, em defesa da autonomia das universidades públicas e contra a reforma da Previdência.

Os atos foram convocados por entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), e centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo a agência de notícias EFE, protestos ocorreram em ao menos 77 cidades, tendo sido menos abrangente que os anteriores, enquanto o portal G1 contabilizou atos em 85 cidades. A UNE, por sua vez, afirmou que manifestações foram realizadas em mais de 200 municípios.

Esta é a terceira mobilização nacional em defesa da educação – e a quarta manifestação nacional contra o governo Bolsonaro, se levada em conta a greve geral de 14 e junho. A primeira foi em 15 de maio, tendo ocorrido em mais de 220 cidades. A segunda aconteceu em 30 de maio, em pelo menos 136 cidades.

As maiores concentrações nesta terça-feira foram no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, a passeata partiu da Igreja da Candelária, seguindo pela Avenida Rio Branco, entrando na Avenida Chile, indo até a sede da Petrobras.

Em São Paulo, os manifestantes se reuniram na Avenida Paulista, região central da cidade, bloqueando parte da via, seguindo em marcha rumo à Secretaria de Educação, na Praça da República.

Em Brasília, três faixas do Eixo Monumental tiveram que ser bloqueadas ao tráfego de veículos enquanto os manifestantes caminhavam em direção ao Congresso Nacional. A certa altura, participantes da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, que também protestavam na Esplanada dos Ministérios, uniram-se ao ato.

Para a UNE, os contingenciamentos anunciados pelo governo afetam não só o ensino superior, mas também a educação básica, o ensino médio e programas de alfabetização.

De acordo com a UNE, os protestos também são contra a proposta do Ministério da Educação (MEC) de instaurar o programa Future-se, que para as entidades sindicais e movimentos estudantis, transfere para o mercado atribuições que são dos governos. Segundo o MEC, o programa busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais.

BLOG DO VALENTE - TEMPO REAL

UFRB abre inscrições para submissão de trabalhos na V Reconcitec

Estão abertas as inscrições para submissão de trabalhos na V Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia – Reconcitec. O evento é

promovido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e será realizado no período de 16 e 17 de outubro, no campus de Cruz das Almas.

Os trabalhos devem ser submetidos no formato de resumos até o dia 30 de agosto, exclusivamente por meio do sistema online disponível no site do evento. Podem submeter resumos discentes e pesquisadores da UFRB e de outras instituições de ensino e pesquisa, sendo obrigatória a participação dos bolsistas de Iniciação Científica, de Iniciação Tecnológica, de Extensão e de Programa de Permanência Qualificada.

Cada autor terá direito de enviar apenas um resumo, mas não há limites para trabalhos em co-autoria. Os resumos devem ser enviados em Língua Portuguesa, indicando a subárea de conhecimento do trabalho. De acordo com as normas de submissão, os resumos devem conter no mínimo 350 palavras e no máximo 500 palavras, excluindo título, autores (no máximo seis), palavras-chave e apoio.

Os trabalhos serão avaliados pela comissão científica da V Reconcitec, levando em conta os critérios de clareza e objetividade do texto, adequação metodológica, relevância científica, importância, coerência dos resultados e relação da conclusão com os objetivos. Serão selecionados trabalhos para apresentação em forma de pôster e para comunicação oral. A relação dos trabalhos aprovados será divulgada no dia 13 de setembro, no site do evento.

Sobre o evento – A edição de 2019 da Reconcitec terá como tema a “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável na Bahia”, baseado na temática da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). A escolha coloca em foco a diversidade natural da Bahia e se adequa aos objetivos do desenvolvimento sustentável, temática que tem ocupado os espaços de debate tanto no ambiente acadêmico quanto social.

A programação constará de palestras, mesas redondas, exposições científicas e apresentações de trabalhos nas formas orais e pôsteres. Também foram incorporados à programação deste ano o XIII Seminário Estudantil de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (SEPIP), o IV Simpósio de Extensão, o II Seminário de Permanência Estudantil e a VII Feira Acadêmica de Economia Solidária (FAESOL).

Realização – O evento é realizado pelas pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação (PPGCI), de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), de Graduação (PROGRAD) e de Extensão (PROEXT) da UFRB.

Tem o apoio do Governo do Estado através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), do Ministério da Educação (MEC) através da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Mais informações: www.ufrb.edu.br/reconcitec.

Assessoria de Comunicação Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

topo ↕

FOLHA MT - NOTÍCIAS

Estudo de plantas amazônicas propõe nova forma de analisar a biodiversidade
Com uma abordagem multivariada, a pesquisa propõe um método inovador, que lança um olhar mais minucioso sobre a biodiversidade.

Estudo realizado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) inova ao propor uma abordagem mais detalhada para se compreender a biodiversidade. A pesquisa é fruto da dissertação de mestrado da colombiana María Alejandra Buitrago Aristizábal, que ingressou na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade (PPGBEES), sob orientação do professor Thiago André.

A pesquisadora estudou o gênero *Ischnosiphon*, mais conhecido como arumã. Típica da Amazônia, a planta tem importância cultural e econômica e é usada pelos indígenas e ribeirinhos para a confecção de cestos, peneiras e outros produtos artesanais.

Com uma abordagem multivariada, a pesquisa propõe um método inovador, que lança um olhar – ainda mais – minucioso sobre a biodiversidade. “Uma coisa muito importante do trabalho é que é baseado em indivíduos. Um botânico tradicional pega todas as exsicatas [amostras de plantas de coleções científicas], vê várias folhas e faz uma média. Mas acontece que aí está se ignorando a variabilidade do indivíduo”, explica María Alejandra.

No arumã, por exemplo, detectou-se que a literatura científica não consegue traduzir a grande variabilidade das plantas que são encontradas na natureza.

“Sempre temos essa mania de classificar as coisas, de dar nome às coisas. Mas quando fazemos isso, muitas vezes, não reconhecemos que as coisas que estamos categorizando talvez sejam diferentes. Para uma planta é mais complexo porque tem que levar em conta toda a variação morfológica, o habitat, a distribuição geográfica... antes de você dar nomes para os organismos, precisamos ter muitas evidências de como eles realmente são. E esses nomes não só representam um indivíduo, mas todo um contínuo que acontece na natureza”, comentou.

Como ocorre em uma ampla faixa territorial, que vai da Nicarágua até o sul da Bolívia e do Brasil, o gênero do arumã comporta uma série de espécies que podem ser muito diferentes entre si. Dentro de cada espécie, cada indivíduo também apresenta características próprias, que podem enganar até os especialistas à primeira vista. Por isso, segundo o estudo, o tamanho ou a forma da planta, representados por uma ou poucas medidas, não são considerados indicadores suficientes da variação encontrada na natureza.

Uma das hipóteses era de que a planta apresenta mudanças devido à localização geográfica e às condições climáticas, como nível de chuva e temperatura. Em seis espécies detectou-se essa relação, mas é possível que outros fatores sejam a chave para explicar porque as plantas mudam tanto.

Para chegar a essa conclusão, foi preciso um longo período de análise de dados. O teste foi feito com 244 indivíduos de 22 espécies de arumã, coletados em trabalhos de campo na Floresta Nacional do Tapajós, no Oeste do Pará; na Flona do Amapá; e na Reserva Uatumã, no estado do Amazonas. Primeiro, cada material coletado foi comparado ao acervo dos herbários do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Após as coletas, passaram por um espectrofotômetro, equipamento que permite capturar o espectro de absorção de luz de cada folha, algo como uma “impressão digital” de cada planta.

“As pessoas acham que diferentes formas são diferentes coisas. É por isso que é muito importante estudar os indivíduos, ter muitas evidências e fazer as análises corretas para fazer uma interpretação muito mais real da natureza”, reforçou a pesquisadora.

Qualificação

A dissertação foi apresentada dia 31 de julho, durante o seminário público dos concluintes do PPGBEES, em Santarém. María Alejandra irá continuar a pesquisa no doutorado em Biologia Vegetal, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foi aprovada em 1º lugar na mais recente seleção do programa. Ela irá fazer a análise genética para identificar processos evolutivos dos arumãs.

André, que também é coordenador do PPGBEES, ressalta que a aprovação da estudante em um dos programas de pós-graduação mais bem avaliados do país pela **Capes** demonstra o nível de qualidade dos discentes da Ufopa: “É muito legal uma egressa da primeira turma já ter revelado o sucesso da formação de mestres em Biodiversidade da Ufopa. Isso mostra que os nossos programas estão preparando alunos de excelente nível para seguirem suas carreiras acadêmicas e profissionais”.

Estrangeiros na pós-graduação

Alejandra afirma que no PPGBEES pôde ter uma formação ampla, que permitiu estreitar sua relação com a natureza: “A experiência foi melhor do que esperava. Aprendi muito, tenho outra visão do mundo. [...] Eu cheguei aqui e foi um choque cultural. Nunca vivi numa cidade na qual as pessoas tivessem uma relação tão próxima com os rios e as florestas e achei muito legal porque ficamos muito desconectados da natureza nas grandes cidades. Agora não imagino a minha vida longe das florestas, dos rios, desses ecossistemas tão diversos”.

A estudante, natural da cidade de Manizales, na região dos Andes, decidiu que irá se dedicar a estudar a Amazônia. “Não quero nunca mais ir embora. Eu acho que a Amazônia tem um valor muito importante no mundo inteiro e temos que estudá-la para que as pessoas valorizem e saibam porque é importante preservar”, declara.

Outros dois discentes estrangeiros integram o PPGBEES: o colombiano Juan David Tovar Durán, também da primeira turma do mestrado; e a equatoriana Francesca Angiolani, ingressante pelo Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Bolsas Brasil - PAEC OEA-GCUB).

[topo](#)

FOLHA PA - TEMPO REAL

Estudo de plantas amazônicas propõe nova forma de analisar a biodiversidade Com uma abordagem multivariada, a pesquisa propõe um método inovador, que lança um olhar mais minucioso sobre a biodiversidade.

Estudo realizado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) inova ao propor uma abordagem mais detalhada para se compreender a biodiversidade. A pesquisa é fruto da dissertação de mestrado da colombiana María Alejandra Buitrago Aristizábal, que ingressou na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade

(PPGBEES), sob orientação do professor Thiago André.

A pesquisadora estudou o gênero *Ischnosiphon*, mais conhecido como arumã. Típica da Amazônia, a planta tem importância cultural e econômica e é usada pelos indígenas e ribeirinhos para a confecção de cestos, peneiras e outros produtos artesanais.

Com uma abordagem multivariada, a pesquisa propõe um método inovador, que lança um olhar – ainda mais – minucioso sobre a biodiversidade. “Uma coisa muito importante do trabalho é que é baseado em indivíduos. Um botânico tradicional pega todas as exsicatas [amostras de plantas de coleções científicas], vê várias folhas e faz uma média. Mas acontece que aí está se ignorando a variabilidade do indivíduo”, explica María Alejandra.

No arumã, por exemplo, detectou-se que a literatura científica não consegue traduzir a grande variabilidade das plantas que são encontradas na natureza.

“Sempre temos essa mania de classificar as coisas, de dar nome às coisas. Mas quando fazemos isso, muitas vezes, não reconhecemos que as coisas que estamos categorizando talvez sejam diferentes. Para uma planta é mais complexo porque tem que levar em conta toda a variação morfológica, o habitat, a distribuição geográfica... antes de você dar nomes para os organismos, precisamos ter muitas evidências de como eles realmente são. E esses nomes não só representam um indivíduo, mas todo um contínuo que acontece na natureza”, comentou.

Como ocorre em uma ampla faixa territorial, que vai da Nicarágua até o sul da Bolívia e do Brasil, o gênero do arumã comporta uma série de espécies que podem ser muito diferentes entre si. Dentro de cada espécie, cada indivíduo também apresenta características próprias, que podem enganar até os especialistas à primeira vista. Por isso, segundo o estudo, o tamanho ou a forma da planta, representados por uma ou poucas medidas, não são considerados indicadores suficientes da variação encontrada na natureza.

Uma das hipóteses era de que a planta apresenta mudanças devido à localização geográfica e às condições climáticas, como nível de chuva e temperatura. Em seis espécies detectou-se essa relação, mas é possível que outros fatores sejam a chave para explicar porque as plantas mudam tanto.

Para chegar a essa conclusão, foi preciso um longo período de análise de dados. O teste foi feito com 244 indivíduos de 22 espécies de arumã, coletados em trabalhos de campo na Floresta Nacional do Tapajós, no Oeste do Pará; na Flona do Amapá; e na Reserva Uatumã, no estado do Amazonas. Primeiro, cada material coletado foi comparado ao acervo dos herbários do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Após as coletas, passaram por um espectrofotômetro, equipamento que permite capturar o espectro de absorção de luz de cada folha, algo como uma “impressão digital” de cada planta.

“As pessoas acham que diferentes formas são diferentes coisas. É por isso que é muito importante estudar os indivíduos, ter muitas evidências e fazer as análises corretas para

fazer uma interpretação muito mais real da natureza”, reforçou a pesquisadora.

Qualificação

A dissertação foi apresentada dia 31 de julho, durante o seminário público dos concluintes do PPGBEES, em Santarém. María Alejandra irá continuar a pesquisa no doutorado em Biologia Vegetal, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foi aprovada em 1º lugar na mais recente seleção do programa. Ela irá fazer a análise genética para identificar processos evolutivos dos arumãs.

André, que também é coordenador do PPGBEES, ressalta que a aprovação da estudante em um dos programas de pós-graduação mais bem avaliados do país pela **Capes** demonstra o nível de qualidade dos discentes da Ufopa: “É muito legal uma egressa da primeira turma já ter revelado o sucesso da formação de mestres em Biodiversidade da Ufopa. Isso mostra que os nossos programas estão preparando alunos de excelente nível para seguirem suas carreiras acadêmicas e profissionais”.

Estrangeiros na pós-graduação

Alejandra afirma que no PPGBEES pôde ter uma formação ampla, que permitiu estreitar sua relação com a natureza: “A experiência foi melhor do que esperava. Aprendi muito, tenho outra visão do mundo. [...] Eu cheguei aqui e foi um choque cultural. Nunca vivi numa cidade na qual as pessoas tivessem uma relação tão próxima com os rios e as florestas e achei muito legal porque ficamos muito desconectados da natureza nas grandes cidades. Agora não imagino a minha vida longe das florestas, dos rios, desses ecossistemas tão diversos”.

A estudante, natural da cidade de Manizales, na região dos Andes, decidiu que irá se dedicar a estudar a Amazônia. “Não quero nunca mais ir embora. Eu acho que a Amazônia tem um valor muito importante no mundo inteiro e temos que estudá-la para que as pessoas valorizem e saibam porque é importante preservar”, declara.

Outros dois discentes estrangeiros integram o PPGBEES: o colombiano Juan David Tovar Durán, também da primeira turma do mestrado; e a equatoriana Francesca Angiolani, ingressante pelo Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Bolsas Brasil - PAEC OEA-GCUB).

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Ciências sociais representam apenas 1,4% das bolsas do CNPq e gasto em pesquisa é baixo, dizem debatedores

Comissão externa do MEC também discutiu os recentes cortes realizados em bolsas de pós-graduação na área de humanas

Os investimentos em ciência e pesquisa no Brasil ainda são baixos e os cursos de ciências sociais representam apenas 1,4% das bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As informações foram fornecidas durante audiência pública realizada na última quinta-feira (8) pela comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar a gestão do Ministério da Educação.

O encontro discutiu os “Critérios de Priorização de Financiamento Público e de Livre Desenvolvimento da Pesquisa na Área de Ciências Sociais e Humanas”.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras, afirmou que o objetivo do investimento

em ciência e pesquisa é justamente garantir o desenvolvimento do país.

“A gente investe muito pouco, em torno de 1,2% do nosso PIB em ciência, tecnologia e inovação. O número de pesquisadores que a gente tem em relação à nossa população é pequeno e o valor bruto desse investimento também é pequeno se a gente compara com outros países”, observou.

Políticas públicas

A presidente da Associação Brasileira de Ciências Políticas, Flávia Biroli, destacou o crescimento nas matrículas em mestrados e doutorados. O número passou de dois mil para oito mil entre 1998 e 2018.

Ela lembrou que é na área de ciência política que se formam os gestores das políticas públicas fundamentais para o país e foi justamente na área de ciências sociais em que houve o maior corte no número de bolsas de estudo.

Ciências sociais

A autora do requerimento para a realização da audiência pública, deputada Tabata Amaral (PDT-SP), afirmou que a discussão sobre as áreas sociais é importante num momento em que autoridades ligadas ao governo afirmam que há gastos excessivos nessas áreas.

“Das bolsas do CNPq, 1,4% vão para as ciências sociais, 0,7% vão para a filosofia e das bolsas da **Capes** 14,9 % vão para a área de humanas e 8,8% vão para a área de ciências sociais aplicadas, como é o caso da economia”.

Meta superada

A diretora de Avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Sonia Nair Bao, destacou que em 2017 o país atingiu o número de 62 mil mestres, sendo que a previsão para 2020 era de 60 mil mestres, segundo o Plano Nacional de Educação Superior.

“Quanto à pós-graduação, nós temos que ter clareza que em dez anos a gente dobrou o sistema. Nós saímos de dois mil e poucos programas para 4.600 programas, sendo que as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste são as que eu tenho a maior quantidade de programas sendo aprovados nesses últimos anos. É fácil de entender. Sudeste e Sul começaram primeiro; então, estão mais estáveis e a demanda começar a se retrair”, explicou.

Sônia Nair Bao destacou ainda que, ao contrário da graduação, na pós-graduação 90 por cento dos alunos matriculados concluem os estudos.

Ela explicou que o contingenciamento foi realizado nas bolsas que não estavam sendo utilizadas e em programas que estavam há muito tempo com nota 3 de um total de 5.

Agência Câmara de Notícias

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Por ‘militância política’, Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina

Órgão ligado ao MEC recusa dar R\$ 80 mil pedidos para evento; organizadores dizem que congresso teve financiamento federal por 8 anos

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Leia na íntegra: O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

topo ↕

RADAR AMAZONICO - TEMPO REAL

Capes recusa financiamento alegando ‘militância política’

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora

regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política” (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como “direito moderno” e “democracia intercultural”. Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a “ideologização” de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que “qualquer tentativa de abordagem crítica” não terá seu apoio.

A **Capex** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu “não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos”, mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que “honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa”.

Análise

Ex-presidente da **Capex** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. “Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê.” (Colaborou Marco Antonio Carvalho)

topo 

JORNAIS VITUAIS - TEMPO REAL

Organizadores de congresso da área do Direito foram classificados como de “elevada relevância para militância política”

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia.

Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição: a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até

R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política” (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como “direito moderno” e “democracia intercultural”.

Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado.

Em nota, a rede diz que fica clara a “ideologização” de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que “qualquer tentativa de abordagem crítica” não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu “não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos”, mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer.

Disse apenas que “honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa”.

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. “Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê.”

Fonte: EXAME

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Protestos em defesa da educação são registrados pelo Brasil

SÃO PAULO, 13 AGO (ANSA) – Diversas cidades brasileiras realizam nesta terça-feira (13) atos contra o contingenciamento de recursos da educação, em defesa da autonomia das universidades públicas e contra a reforma da Previdência.

Os protestos foram convocados por entidades sindicais e movimentos estudantis, professores, técnico-administrativos e estudantes. Até por volta das 13h (horário local),

36 cidades de 16 estados e do Distrito Federal haviam se mobilizado. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), há atos agendados em ao menos 170 cidades dos 26 estados, além do DF.

A manifestação nacional é uma continuidade da mobilização de maio, organizada em defesa da manutenção das verbas para o ensino superior, a qual foi realizada em ao menos 222 cidades de todos os estados. O segundo ato, por sua vez, ocorreu no dia 30 de maio. Na ocasião, pelo menos 136 cidades de 25 estados e do DF participaram. Para a União Nacional dos Estudantes (UNE), os contingenciamentos anunciados pelo governo afetam não só o ensino superior, mas também a educação básica, o ensino médio e programas de alfabetização.

Segundo a entidade, os protestos também são contra a proposta do Ministério da Educação (MEC) de instaurar o programa Future-se, que, segundo a pasta, busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Para as entidades sindicais e movimentos estudantis, o projeto transfere atribuições dos governos para o mercado.

A aprovação, em segundo turno, da reforma da Previdência também é tema das manifestações. O texto já foi enviado para o Senado e aguarda para ser debatido. (ANSA- Com informações da Agência Brasil)

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Manifestantes voltam às ruas em defesa de mais recursos para educação

Convocados por entidades sindicais e movimentos estudantis, professores, técnico-administrativos e estudantes participam nesta terça-feira (13), em várias cidades do país, de atos contra o contingenciamento de recursos da educação, em defesa da autonomia das universidades públicas e contra a reforma da Previdência.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), há atos agendados em ao menos 170 cidades dos 26 estados, além do Distrito Federal. A manifestação nacional é uma continuidade da mobilização de maio, organizada em defesa da manutenção das verbas para o ensino superior. Para a União Nacional dos Estudantes (UNE), os contingenciamentos anunciados pelo governo afetam não só o ensino superior, mas também a educação básica, o ensino médio e programas de alfabetização.

De acordo com a UNE, os protestos também são contra a proposta do Ministério da Educação (MEC) de instaurar o programa Future-se, que, segundo a pasta, busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Para as entidades sindicais e movimentos estudantis, o projeto transfere atribuições dos governos para o mercado.

Distrito Federal

Um pequeno grupo de manifestantes começou o dia fechando parte da Rodovia DF-075, também conhecida como Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), que liga o centro da capital federal a outras regiões administrativas no sentido de Goiânia. Portando faixas e cartazes com palavras de ordem contra o bloqueio de verbas para a educação, o grupo queimou pneus, interrompendo parcialmente o tráfego de veículos.

Pouco antes das 9h, profissionais da educação, estudantes, sindicalistas e outros manifestantes começaram a se concentrar no Conjunto Cultural da República, na Esplanada dos Ministérios. Devido à concentração de pessoas, três faixas do Eixo Monumental tiveram que ser bloqueadas ao tráfego de veículos enquanto os manifestantes caminhavam em direção ao Congresso Nacional. A certa altura, participantes da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que também protestavam na Esplanada dos Ministérios, uniram-se ao ato.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal não suspendeu as aulas nas quase 700 escolas públicas da rede de ensino, mas ainda aguarda informações das coordenações regionais para fazer um balanço do impacto dos atos. “A pasta terá o balanço no decorrer do dia e reitera que as aulas não ministradas durante a paralisação deverão ser repostas, em datas a serem definidas pelas direções das escolas, ainda neste semestre, garantindo o cumprimento dos 100 dias letivos por semestre”, informou a secretaria, em nota.

Principal instituição universitária da capital, a Universidade de Brasília (UnB) suspendeu as atividades. A paralisação dos docentes foi aprovada em assembleia geral realizada na segunda-feira (12), pela associação que representa a categoria, mas a adesão efetiva caberá a cada professor.

Pernambuco

No Recife, embora a Universidade Federal de Pernambuco não tenha suspendido as aulas, professores e técnicos de vários departamentos dos três campi (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão) da instituição aderiram ao movimento e não compareceram ao trabalho. Alunos de outras instituições, como o Instituto Federal, também não tiveram aulas. Um grande ato está agendado para as 14h, na Rua da Aurora, em frente ao Ginásio Pernambucano. Além da capital, manifestações foram agendadas em, pelo menos, outras quatro cidades do estado: Arco Verde, Caruaru, Garanhuns e Petrolina, de acordo com a CNTE.

Bahia

Em Salvador, manifestantes se reuniram no Largo do Campo Grande, de onde saíram em caminhada até a Praça Castro Alves. Expondo faixas e cartazes, o grupo pediu mais investimentos em educação. No mesmo horário (10h), uma manifestação semelhante ocorria em Feira de Santana.

Ceará

Em Fortaleza, os manifestantes se concentraram na Praça da Gentilândia, no bairro Benfica. Participam professores, estudantes e outros trabalhadores da educação. Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao menos 12 cidades cearenses devem sediar alguma atividade alusiva à mobilização ao longo do dia, entre elas Juazeiro do Norte, Sobral e Itapipoca.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Future-se - consulta pública ultrapassa 40 mil cadastrados

Os cidadãos que pretendem contribuir para a construção do programa Future-se têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões. A consulta pública já conta com mais de 43 mil pessoas cadastradas para contribuir com ideias ao programa. Desse total, o sistema registrou 14.265 comentários sobre ao menos um dos pontos da proposta. As sugestões da população serão consolidadas pelo Ministério da Educação (MEC) para aperfeiçoar o processo normativo.

Lançado em 17 de julho, o Future-se tem como objetivo dar autonomia na gestão das universidades e institutos federais. Para participar, é preciso criar um cadastro com e-mail e CPF na plataforma da consulta pública, que pode ser acessada pelo portal do MEC. Somente os cadastrados podem enviar comentários sobre a proposta.

O processo tem duas etapas. Na primeira, o participante pode escolher três opções a cada capítulo: "totalmente claro", "claro com ressalvas" e "não está claro". Além disso, há espaço para incluir comentários por escrito no fim de cada capítulo. Já na segunda etapa, o participante pode ainda utilizar um campo de texto para fazer comentários gerais sobre o tema e ainda contribuir com propostas.

* Com informações do Ministério da Educação

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Capes nega verba por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito

moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê." (Colaborou Marco Antonio Carvalho)

topo ↕

MEIO NORTE - PI - OPINIÃO

Educação a distância já tem 10 mil alunos

A educação a distância no Piauí vem mudando a realidade de quem tinha apenas um sonho de ter em mãos o diploma de um curso superior. A tecnologia está contribuindo para uma educação de qualidade, bem como para a universalização da educação superior no estado. Atualmente, são mais de 10 mil alunos beneficiados com os programas Universidade Aberta do Piauí (Uapi) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa é a modalidade de ensino que mais cresce no Piauí.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é o órgão mantenedor do ensino a distância no estado, no qual iniciou as atividades em 2007 em parceria com as instituições de ensino superior (IES) públicas, ofertando cursos de graduação para 10 polos. Com a Superintendência de Ensino Superior (Supes), a Seduc passou a planejar e construir polos presenciais de EaD em mais municípios do Piauí. O Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) está em 155 municípios piauienses, sendo 120 destes no programa Uapi, ofertando o curso de Administração, e 35 no programa UAB, que oferta sete cursos de graduação e 13 de pós-graduação.

O Sistema UAB é um programa instituído pelo governo federal com a ideia de reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior, é de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e conta com 50 polos nos municípios piauienses. Desses, 37 são de responsabilidade da Seduc/Supes, como mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação; e 13 polos de responsabilidade de prefeituras/ Instituto Federal do Piauí (IFPI)/ Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Em 2019, estão sendo ofertados os cursos de História, Espanhol, Matemática, Administração Pública, Inglês, Português e Pedagogia. No Piauí, a dificuldade na disponibilidade de professor nos municípios do interior do estado impulsionou a iniciativa de proporcionar educação superior à população de locais distantes e isolados,

assim a Uapi surgiu com a mesma proposta da UAB.

O secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, destaca que o Piauí é um dos estados que mais têm avançado na oferta da educação, seja ela na educação básica como também na educação de ensino superior. “O acesso escolar tem sido uma das frentes de trabalho prioritárias do governo Wellington Dias, que iniciou em 2003 um trabalho de expansão da oferta da educação no nosso estado e ações importantes foram implementadas.

O sistema da UAB, sozinho, não seria capaz de levar a universalização da oferta para todos os municípios, por isso foi institucionalizada a Uapi, em 2017, um programa genuinamente piauiense, mantido com recursos do Estado; um sistema que tem como grande objetivo universalizar a oferta de ensino superior nos municípios do Piauí, com a meta de fazer com que seja o primeiro estado brasileiro que tenha a oferta de fato de vestibular em cada um dos municípios”, falou Ellen Gera. (E.R.)

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Educação : Brasil se une na Bahia

A Bahia recebe, em Mata de São João, a partir de hoje, o 17º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Serão debatidos diversos assuntos em torno do tema “Qualidade da Educação: financiamento, gestão e aprendizagem”. Damos as boas-vindas aos participantes do fórum, ao mesmo tempo em que enfatizamos ser estratégico o fortalecimento da educação municipal para o governo da Bahia, cuja rede estadual de ensino soma 800 mil estudantes. Temos consciência de que os municípios, responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, estão na base da estrutura da Educação.

Eles respondem por 60% das 3.483.603 matrículas da educação básica da Bahia e são, em grande parte, responsáveis pela formação dos adolescentes que recebemos no ensino médio. É logo no início do ensino fundamental que temos um dos maiores desafios da Educação: é indispensável alfabetizarmos as crianças logo nos primeiros anos – os estudos demonstram alta correlação entre essa conquista e o sucesso escolar.

A conquista do sucesso educacional dos adolescentes no fundamental é indispensável para o desenvolvimento de um bom e incontornável ensino médio, a partir do qual os jovens estarão prontos para prosseguir, seja na universidade, seja no mundo do trabalho, o processo de educação ao longo da vida. Devemos ter equilíbrio para debater qual deve ser, na contemporaneidade, a participação do Estado na administração direta das escolas no fundamental. Ainda somos responsáveis por 22% das matrículas do fundamental (140.560). Consideramos que as participações dos estados na educação infantil e no ensino fundamental devem ocorrer, principalmente, via ações que fortaleçam os municípios por meio do regime de colaboração. Precisamos de união para melhorar a Educação, respeitando sempre a diversidade que é própria da nossa nação.

O Brasil precisa garantir a continuidade do ciclo virtuoso da Educação, iniciado com a redemocratização e intensificado pelos governos Lula e Dilma, quando conquistamos políticas fundamentais. Por isso, a determinação do estado da Bahia é se aproximar ao máximo dos municípios, de modo que, via regime de colaboração, possamos avançar na melhoria dos indicadores da educação básica. Só por meio da educação conseguiremos avançar em todos os setores fundamentais para a sociedade baiana. Só com a educação

garantiremos o fortalecimento da autonomia social, política e cultural do nosso povo que tanto encanta o mundo e é, no Brasil de hoje, um dos grandes faróis para o futuro civilizatório do país.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Ato nacional paralisa educação em MT

Protesto foi convocado pela CNTE que entende que a educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal, como cortes financeiros que ameaçam o ensino, pesquisa e extensão

Profissionais e estudantes do sistema público de ensino de todo o país paralisam as atividades, hoje (13), em defesa da educação gratuita e de qualidade, da democracia, contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019) e o novo projeto “Future-se” lançado pelo governo Federal. Em Cuiabá, trabalhadores decidiram aderir ao movimento nacional convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e que vem sendo denominado “Tsunami da educação”.

Além da suspensão de todas as atividades, os docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) aprovaram a realização de uma oficina de cartazes na praça em frente ao Restaurante Universitário, a partir das 11h30. De lá, os manifestantes sairão em carreta até a Praça Alencastro, no Centro de Cuiabá, onde será realizado o ato unificado da greve nacional, marcado para às 14 horas. O sindicato disponibilizará ônibus aos interessados em participar. A adesão ao movimento foi decidida em assembleia geral realizada no último dia 06 de agosto, na Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat).

Durante o encontro e a análise da conjuntura atual, os docentes refletiram sobre os motivos que levaram parte da sociedade a acreditar que direitos conquistados pelos trabalhadores, a partir de lutas históricas, apareçam, agora, como suposto privilégio e lamentaram que, pela primeira vez na história do país, pessoas tenham tido a disposição de ir às ruas atacar a educação, como ocorreu dia 26 maio passado.

De acordo com informações da assessoria de imprensa da Adufmat, outro ponto de destaque da assembleia foi o debate sobre democracia, autonomia e universidade, tanto interna quanto externamente. Nesse sentido, os presentes ressaltaram que é preciso retomar e divulgar o caderno 2 do Sindicato Nacional (Andes), no qual a entidade apresenta sua proposta para a universidade brasileira pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

“Além disso, os professores demonstraram a leitura de que, com a imposição do ‘Future-se’, em breve os docentes também enfrentarão problemas como os que atingem os trabalhadores terceirizados da universidade, como atrasos salariais, remunerações extremamente baixas e condições ainda mais precarizadas. Vale ressaltar que a proposta apresentada pelo Ministério da Educação prevê a contratação de professores via organização social (OS), e não mais concursos públicos”, informou. O “Future-se” é um programa apresentado recentemente pelo Ministério da Educação (Mec) e está sob consulta pública. Os cidadãos que pretendem contribuir com o programa têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões.

Trabalhadores da Universidade de Mato Grosso (Unemat) também prometem engrossar o movimento paredista. No último dia 09, os professores da Unemat decidiram em

assembleia geral extraordinária, realizada, em Cáceres, pela adesão à greve. Na oportunidade, os docentes também aprovaram a orientação do sindicato de promover a mobilização para atividades nos campi da universidade, com flexibilidade para cada subseção promover sua programação de forma autônoma.

Para a presidente do Sindicato dos Docentes da Unemat (Adunemat), Sílvia Nunes, “a adesão da greve é fundamental para a categoria dos docentes, considerando o desenfreado desmonte da educação pública promovido pelo atual governo e, que promove a passos curtos o desmonte também da previdência social, por meio da nefasta reforma da Previdência. Além do ataque à democracia que tem tomado proporções imensuráveis”.

Entendimento semelhante tem os trabalhadores da rede estadual de ensino, que encerram na última sexta-feira (16) pela suspensão da maior greve já registrada em Mato Grosso. Após 75 dias com as atividades paradas, eles retomam às salas de aulas nesta quarta-feira (14), mas hoje integram o ato nacional em defesa da educação pública e da aposentadoria. “O ataque à educação feito pelo projeto nacional compromete a educação nas redes municipais, além do ensino superior”, disse, por meio da assessoria de imprensa, o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes.

Em manifesto divulgado em sua página, a CNTE aponta que a educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal, como cortes financeiros que ameaçam o tripé da universidade brasileira (ensino, pesquisa e extensão), desvalorização do trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades, perseguição a professores e cientistas. Tudo isso, apesar do papel estratégico das instituições de ensino para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, assim como para a formação de qualidade e a oferta de serviços necessários para a sociedade brasileira, o atual governo escolheu a universidade como inimiga de sua gestão.

“É importante ressaltar que os cortes nos orçamentos das universidades atingem não apenas o ensino, mas também o desenvolvimento científico de pesquisas que, por exemplo, contribuem para o descobrimento de vacinas, medicamentos e a produção de alimentos, assim como a extensão da universidade, por meio da qual estudantes, professores e técnicos prestam serviços para as comunidades (por exemplo, hospitais universitários e escolas)”, frisa.

topo 

EXTRA - RJ - BRASIL

Educação faz greve geral

Os profissionais da Educação, das esferas municipal, estadual e federal, fazem, a partir da meia-noite de hoje, uma greve geral, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades e da população para as reivindicações da categoria, como o reajuste salarial — que no estado não ocorre há cinco anos —, a recomposição dos investimentos na área por parte do governo e a valorização dos servidores.

Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe-RJ), o objetivo é denunciar os recentes cortes do Ministério da Educação (MEC) e a reforma da Previdência que, para o sindicato, ameaça a aposentadoria dos trabalhadores. Haverá atividades em ruas e praças da capital e de diversos municípios, com aulas públicas, distribuição de panfletos e abaixo-assinados. Na cidade do Rio, a categoria pretende

fazer um ato em frente à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), no Centro, na parte da tarde, e vai caminhar até a igreja da Candelária.

topo ↕

A TARDE ON LINE - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capex** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capex** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio

para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capex** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

CGN - PR - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capex** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

CONTEXTO EXATO - TEMPO REAL

Com início do semestre letivo, UnB volta às aulas em meio a incertezas
Termo específico do contingenciamento impacta diretamente no Hospital Veterinário em relação ao ensino, pesquisa e extensão

A incerteza com relação ao futuro marca a vida acadêmica dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que começam o curso ou retornam às aulas a partir de hoje. Desde que a instituição de ensino superior sofreu bloqueio de 30% na verba federal, projetos e contratos correm risco de rompimento nos próximos meses. São R\$ 48,5 milhões retidos desde abril. Para arcar com as despesas, a universidade depende da arrecadação própria, mas a quantia fica restrita a um teto orçamentário.

Com o esgotamento dos recursos, a administração da universidade busca sensibilizar o Ministério da Educação (MEC) o Congresso para que recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam liberados. "É de extrema importância para garantir o pleno funcionamento da UnB", informou, por meio de nota oficial, a instituição. "Não há, entretanto, prejuízo ao calendário acadêmico, tampouco a áreas acadêmicas específicas", afirma o texto.

Recém-aprovado no curso de línguas estrangeiras aplicadas, Ítalo Henrique Ivo, 18 anos, está apreensivo em relação ao destino da Universidade. Ele ingressou na UnB por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e acredita que cursos considerados "menos valorizados" serão os mais impactados. "É algo que nos deixa preocupados. Principalmente quem está entrando agora. Como nunca estudei lá, não sei quais diferenças serão mais marcantes, mas, com um corte de 30%, provavelmente o semestre será pior", comenta.

O jovem avalia que os calouros não receberam informações da universidade sobre a situação financeira. Ítalo também revela que não via esse cenário como algo possível. "Sempre tive expectativas muito boas em relação à universidade pública. Entrar nela é o sonho de muita gente. Pode ser que, mais para frente, as coisas voltem ao normal. Só espero que não mudem muita coisa e que possamos ter uma educação de qualidade", completa o estudante.

“Balbúrdia”

Assim como Ítalo, 4.339 calouros iniciam a trajetória na UnB em um dos 132 cursos de graduação oferecidos nos quatro campi da instituição — Darcy Ribeiro (Asa Norte), Ceilândia, Gama e Planaltina. Outros 39.610 graduandos retornam às aulas neste segunda-feira. Apesar de o cronograma semestral não ter sofrido alterações devido ao contingenciamento, os estudantes podem enfrentar efeitos dos cortes já em setembro.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, afirma que, sem a flexibilização do governo, não será possível renovar contratos, como o de limpeza e o de segurança, nem pagar contas de luz e água. “Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um

ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los”, alertou Márcia, em entrevista ao programa CB.Poder na última segunda-feira.

Em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a reitora apresentou dados com o objetivo de refutar a justificativa para os bloqueios orçamentários por motivo de “balbúrdia”. “De acordo com o (ranking universitário internacional) Times Higher Education, somos a 15ª melhor universidade da América Latina. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos”, alegou. No entanto, não há sinalização de reversão do quadro.

Limitações

Termos específicos do contingenciamento de 30% interferiram diretamente sobre determinadas áreas da UnB, como nas de capacitação técnica e nos investimentos de recursos para o Hospital Veterinário (Hvet). Diretor da unidade de saúde, Jair Costa explica que o Hvet depende de verba repassada diretamente pelo MEC e que, por isso, também sofreu corte de 30%.

Segundo ele, apesar de o hospital contar com recursos provenientes de arrecadação própria, há um teto para os gastos desses valores. O restante é devolvido ao Governo Federal. “O contingenciamento está colocando em

xeque nosso planejamento para o ano e nos obriga a remanejar e a economizar muita coisa, para que não falte nada no hospital. Ele impacta no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ano que vem, temos uma preocupação muito grande de não só saber se o recurso vai vir contingenciado, como se ele virá”, pondera Jair.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Formatura

Perto de terminar o curso, a graduanda de odontologia Amanda Queiroz, 24, lida com as limitações financeiras até durante o planejamento da colação de grau. Integrante da comissão de formatura, ela e os colegas precisaram agendar e pagar alguns dos custos do evento, como cerimonial, equipe de limpeza e telão, uma vez que a organização foi descentralizada para cada faculdade, o que gerou dificuldades na marcação das datas e na solicitação de serviços.

No entanto, o que mais preocupa a futura odontóloga é a mensagem “deturpada” usada para justificar o contingenciamento. “É muito triste ver o governo cortando verba de um lugar que está educando pessoas para melhorar o Brasil. Essa ‘balbúrdia’ não existe. O que existe são pessoas defendendo ideologias, os estudos e lutando por um ambiente e por um futuro melhor. O que existe é uma instituição que está buscando educar pessoas para crescerem e serem profissionais capacitados”, argumenta Amanda.

A UnB informou, em nota, que o novo modelo de organização das colações de grau permite que as unidades acadêmicas tenham mais autonomia para escolha do formato

das solenidades. Após determinação do Governo Federal para terceirização do cerimonial, a instituição de ensino abriu licitação para contratação de empresa que fique responsável pelo serviço. “A colação é um ato oficial, realizado em sessão solene e pública para a outorga de grau aos formados que concluíram um dos cursos superiores da Universidade de Brasília. É uma cerimônia tradicional e gratuita. Eventos comemorativos associados à formatura (como bailes, viagens ou outros) não são de responsabilidade da universidade”, destaca o texto.

Calendário

12 de agosto

- Primeiro dia de aulas

14 e 15 de agosto

- #InspiraUnB (evento de recepção dos calouros, no Darcy Ribeiro)

10 de dezembro

- Último dia de aulas

14 de dezembro

- Divulgação de notas e percentuais de faltas

Campi em números

132

cursos

4.339

calouros ingressando na UnB

39.610

estudantes da graduação

2.836

docentes em exercício

3.171

técnicos administrativos

90

cursos de mestrado

4.950

alunos de mestrado

69

cursos de doutorado

4.033

estudantes de doutorado

topo ↕

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que

"qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a

"ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do

Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

DIÁRIO DO SUDOESTE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria

professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

ESHOJE - GERAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito

moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

ESTADO DE MINAS ONLINE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A

proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

FOLHA DA REGIÃO - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso

não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto

negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

FOLHA DE VALINHOS - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

JORNAL DO OESTE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância

e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação

de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

O LIBERAL – SP - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer

negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil.

"Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora

regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

R7 - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

REPÓRTER DIÁRIO - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância. Um dos setores mais pressionados pelo governo Bolsonaro, o Ensino Superior tem a difícil missão de repensar seu futuro e dialogar com a sociedade

Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas." A afirmação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em 30 de abril, veio acompanhada de retaliação: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) tiveram 30% do orçamento previsto para o ano bloqueado para despesas consideradas não obrigatórias, que vão do pagamento de bolsas a contas de luz.

Segundo o ministro, as universidades mencionadas promoveram eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas. Depois da repercussão negativa da medida, que motivou uma ação civil pública do Ministério Público Federal pelos danos causados à honra, à imagem pública e à liberdade de expressão de professores e estudantes, Weintraub estendeu o contingenciamento a todos os institutos e universidades federais do país. A redução chega a R\$ 2,5 bilhões.

No início de maio, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** — fundação do Ministério da Educação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil — anunciou o corte de quase 5 mil bolsas de pesquisa, alegando que estavam “ociosas” no mês de abril. A medida foi criticada pelas universidades, uma vez que as bolsas eram de estudantes que tinham defendido suas dissertações e teses recentemente, e seriam repassadas para as novas turmas selecionadas. Os programas com conceito **Capes 6 e 7** (nota máxima) conseguiram reverter os cortes e, ao todo, cerca de 3,5 mil bolsas foram cortadas. Em junho, os programas avaliados com duas notas 3 consecutivas, ou que foram rebaixados do conceito 4 para 3 na última avaliação, sofreram novos cortes, e perderam mais de 2,7 mil bolsas. Os programas com nota 4 devem ser os afetados em julho.

A educação superior é um dos setores mais pressionados no governo Bolsonaro. O primeiro ministro a assumir a pasta, Ricardo Vélez, deixou o cargo após adotar uma série de posturas polêmicas, dentre elas a de afirmar que “as universidades deveriam ficar restritas a uma elite intelectual”. Weintraub, que assumiu em 8 de abril, não é menos polêmico. Primeiro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em seu perfil no Twitter, que “o ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”, e que “o objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Logo depois, vieram as alegações de balbúrdia e o contingenciamento.

A trincheira da educação está mais acirrada do que qualquer outra. Dois protestos tomaram as ruas do país em um intervalo de apenas 15 dias. Em 15 de maio, a greve do setor levou centenas de milhares de manifestantes às ruas em mais de 200 municípios. Em 30 de maio, um novo protesto. Mais de cem municípios tiveram atos em defesa da educação. No Twitter, a hashtag #MinhaPesquisaMinhaBalbúrdia fez pesquisadores compartilharem seus estudos e os resultados que já alcançaram.

A mobilização também tem ocorrido dentro do Congresso Nacional. A Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, criada em 2013, foi reativada neste ano. Conta com a participação de cerca de 200 parlamentares, das mais diversas bancadas. Uma das integrantes é a deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), linguista e professora universitária que já foi reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Segundo ela, os conflitos políticos sempre foram uma constante na história das universidades — nos governos Lula e Dilma, por exemplo, houve inúmeras greves. Mas ela aponta algumas diferenças nas disputas que o setor precisa enfrentar hoje. “As universidades são espaços de insurgência, a crítica é um traço fundamental na história delas. Fui reitora quando o Paulo Renato era ministro [de Fernando Henrique Cardoso], e era difícil, ele sempre tratou as universidades como se fossem ineficientes. Conflito político com o MEC não é novidade; novidade é o MEC fazer guerra com as universidades. Novidade é contingenciamento vir com uma declaração de guerra”, diz.

O pesquisador Pedro Mazza, 26 anos, doutorando em Zootecnia na UFBA, é um dos afetados pelos cortes. A partir de janeiro do ano que vem, vai fazer estudos in vitro na Universidade de Nevada (EUA) para verificar como o organismo de ruminantes se comporta quando submetido a uma dieta com menos proteínas. Sua hipótese de

pesquisa é a de que a alimentação do gado brasileiro, por tomar como parâmetro normas internacionais, é mais rica em proteínas do que o necessário — e esse é um dos componentes que mais encarecem a ração. “Eu dependo desse intercâmbio para fazer minha pesquisa. Aqui no Brasil, deveria estar fazendo as análises em campo desde janeiro, mas até agora a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) não liberou as verbas previstas para aquisição dos animais e dos materiais necessários”, conta.

Mazza tinha conseguido aprovação para passar 12 meses nos EUA, mas, com os cortes no programa de internacionalização **Capex PrInt**, tudo mudou. Dos 96 alunos selecionados da UFBA, alguns precisariam ser eliminados. Para evitar a exclusão, porém, os estudantes chegaram a uma solução com a pró-reitoria de pós-graduação: cada um vai passar menos tempo no exterior para que todos possam fazer o intercâmbio. Agora, Mazza terá nove meses nos Estados Unidos. “Nesse tempo, não consigo nem acompanhar a lactação inteira de uma vaca. Eu poderia entrar com recurso, mas preferi abrir mão de um trimestre de pesquisa pensando no coletivo”, diz.

A pesquisa de Mazza tem sido feita a trancos e barrancos desde o começo. Ele foi o primeiro colocado na seleção do programa, mas precisou fazer os dez meses iniciais da pesquisa sem bolsa, porque não havia nenhuma disponível. “Eu só consegui me manter pesquisando porque moro na casa dos meus pais [em Salvador]. Se não tivesse esse suporte, teria desistido”, afirma. Ele também trabalha com um grupo de pesquisadores no Laboratório de Análise de Nutrição Animal da UFBA. Sem remuneração.

Ainda é comum a percepção de que a universidade pública é um ambiente de elite. Mas, na verdade, o perfil socioeconômico dos estudantes mudou radicalmente nos últimos anos. A 5ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Graduandos das Universidades Federais, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e divulgada neste ano, mostrou que, em 2018, 70% dos alunos de graduação em universidades federais vinham de famílias cuja renda é de, no máximo, um salário mínimo e meio per capita (menos de R\$ 1.500 por mês, por pessoa). Essa realidade é equivalente à da média das famílias brasileiras, que contam com uma renda mensal de R\$ 1.400 per capita, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A cor da universidade também não é mais a mesma. De acordo com a pesquisa da Andifes, 51,2% dos estudantes são pretos ou pardos e 43,3% são brancos. Cerca de metade dos alunos também já é de cotistas, e mais de 60% cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas (veja gráficos na próxima página).

A expansão das universidades federais nos últimos anos foi acelerada. Segundo o levantamento da Andifes, em 2002 havia 148 campi universitários federais no país; em 2017, eram 408, um aumento de 175% em 15 anos. A evolução no número de matrículas também é expressiva. Em 2002, 500 mil pessoas faziam cursos de graduação em universidades federais. Hoje, são mais de 1,1 milhão. Uma transformação dessa magnitude só foi possível graças a um aumento significativo do investimento e à criação de políticas para acesso mais igualitário.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), responsável pela aplicação de recursos para o que se chama de “permanência”, com o pagamento de auxílio-

moradia para estudantes de baixa renda que não vivem nas cidades onde estudam, por exemplo, nasceu em 2008. Já em 2012, foi criada a Lei de Cotas para o Ensino Superior, que exigiu a reserva de 50% das vagas em universidades federais para alunos de escolas públicas.

Para o ex-presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte, reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, todo esse esforço envolvido teve — e terá — um impacto significativo no desenvolvimento nacional. “Talvez ainda não estejamos colhendo os frutos de maneira tão perceptível hoje, mas, em breve, vamos reconhecer a mobilidade social que essas políticas proporcionaram. Esses estudantes que estão hoje no ensino superior serão promotores de uma nova era em suas próprias famílias e, no futuro, teremos outro espectro de composição social em função da mobilidade proporcionada”, diz.

No Brasil, 18% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. A meta, no Plano Nacional de Educação, é de que o país chegue a 2024 com 33% dos jovens matriculados em uma graduação — para isso, há uma longa estrada pela frente. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada, em sua maioria, por países desenvolvidos, a média de pessoas entre 24 e 35 anos com formação superior é de 45%. A nossa é de 16%. Para atingir esse patamar, seria necessário ampliar os investimentos. Hoje, o Brasil investe US\$ 14,3 mil por ano por estudante, valor próximo dos US\$ 15,7 mil gastos pelos países da OCDE. A diferença é que esses países já têm uma estrutura consolidada — tanto pública quanto privada —, enquanto a nossa está em expansão.

Já no Brasil, a importância das universidades públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país é indiscutível. Um levantamento feito neste ano pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito, revelou que, dos estudos publicados pelas cem instituições de ensino superior do país nos últimos cinco anos, mais de 95% eram de universidades públicas. A participação delas na inovação também é extremamente relevante: de acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), das dez organizações brasileiras que mais depositaram pedidos de patentes de invenção em 2018, nove eram universidades.

Em comparação com outras nações, o Brasil também não vai mal: somos o 13º país com mais publicações no mundo — à frente de países como a Rússia e logo atrás da Coreia do Sul —, tendo adicionado, entre 2011 e 2016, mais de 250 mil artigos publicados em periódicos à plataforma Web of Science — referência na catalogação e divulgação de pesquisas em todo o mundo por contar com mais de 20 mil revistas científicas em seu catálogo.

Já em rankings internacionais que medem a qualidade do ensino superior, o Brasil não figura tão bem. Na avaliação de 2019 do Times Higher Education, a instituição nacional mais bem colocada é a Universidade de São Paulo (USP), figurando entre as 250 e 300 universidades mais bem avaliadas do mundo. Segundo a pesquisadora e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Sabine Righetti, que também é coordenadora acadêmica do Ranking Universitário Folha, esses rankings não conseguem refletir a qualidade das universidades brasileiras.

“Os critérios favorecem muito os anglo-saxões; quem não publica tanto em inglês, não

vai ser tão bem avaliado em termos de impacto porque, conseqüentemente, vai conseguir menos citações. A internacionalização também é um critério de avaliação, e é claro que universidades que têm oferta de cursos em língua inglesa vão receber mais estudantes de fora. Além disso, nós temos outros problemas para atrair intercambistas que nada têm a ver com a universidade, como os altos índices de violência e de pobreza, que são fatores de repulsa”, diz Righetti. Para a pesquisadora, é importante também colocar nossa trajetória em perspectiva quando nos comparamos com outros países. “É claro que podemos melhorar nesses rankings, mas isso não quer dizer que estamos mal. Ali estamos concorrendo com universidades seculares. O ensino superior do Brasil ainda está engatinhando.”

A crise não atinge somente as universidades públicas. No Brasil, as instituições de ensino particulares abarcam 71% dos 6,5 milhões de matriculados em cursos de graduação presenciais, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do MEC. Quando o assunto é educação a distância, esse número sobe: ao todo, dos 8,3 milhões de alunos de graduação no país, 6,2 milhões estão estudando em particulares. E o setor tem suas dificuldades. Entre 2015 e 2017, o mercado particular perdeu 175,5 mil matrículas presenciais, conforme relatório da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Para conseguir continuar crescendo, o segmento investiu na expansão do ensino a distância — que, no mesmo período, ganhou quase 325 mil matrículas. Essa mudança de abordagem conseguiu garantir tanto um respiro para as empresas do setor quanto o acesso de muitos estudantes ao ensino superior, que não poderiam chegar a esse nível de formação sem uma opção mais em conta. No EAD, 90% dos estudantes pagam mensalidade de até R\$ 200. Nos cursos presenciais, os alunos pagam bem mais: 22% pagam entre R\$ 200 e R\$ 800; 53% pagam de R\$ 800 a R\$ 1.600.

Somada à crise econômica e ao desemprego que acomete os brasileiros está também a maior dificuldade de acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que foi reformulado em 2018. “Com as mudanças no Fies, o programa perdeu muito seu caráter social, porque virou um financiamento bancário. No seu auge, ele permitiu uma inclusão fenomenal. Das 100 mil vagas que são oferecidas com juro zero, apenas 38 mil estão preenchidas. Os critérios estão muito mais rigorosos”, diz o diretor-presidente da ABMES, Celso Niskier. “Como solução, muitas instituições particulares estão criando formas próprias de financiamento, oferecendo alternativas mais acessíveis para jovens que estão no momento crítico da vida, em que têm altíssimo potencial, mas não converteram isso em renda ainda.”

E essa não é uma dura realidade apenas no Brasil. Nos Estados Unidos, os jovens estão completamente afogados em dívidas de financiamentos estudantis. De acordo com levantamento do College Board, cada recém-formado norte-americano deve, em média, R\$ 112 mil — e o montante de dívidas no país chega a R\$ 6 trilhões.

Se antigamente ter um diploma de ensino superior era sinônimo de colocação no mercado de trabalho e futuro brilhante, agora, sem dúvidas, as taxas de empregabilidade já começam a afetar a forma como a população jovem se relaciona com o ensino superior. Uma pesquisa de 2018 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que 44,2% dos jovens que concluíram o ensino superior não estão trabalhando

em suas áreas de formação porque faltam vagas para receber essa mão de obra qualificada. Resultado: essas pessoas estão ganhando salários incompatíveis com sua formação. Hoje, um trabalhador que atua na área ganha, em média, R\$ 5.700 por mês; o salário do que não atua cai para R\$ 3.200. Não à toa, como revela o 8º Mapa do Ensino Superior, o índice de evasão na rede privada chegou a 30% no ano passado; na pública, foi de 18,5%.

O problema, definitivamente, não é o número excessivo de graduandos, e sim a falta de capacidade do país de gerar empregos. Segundo a professora Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil está muito atrasado no ensino superior quando levamos em conta o tamanho da economia do país e as perspectivas de futuro. “O Brasil é a nona maior economia do mundo. É urgente aumentar a população universitária, especialmente no contexto dessa quarta revolução industrial, em que a automação e a inteligência artificial vão exigir competências cada vez mais sofisticadas. Formar as pessoas apenas com a educação básica não é mais suficiente”, diz.

reparar a população para esse futuro não exige nada de outro mundo. Um estudo publicado pela Economist Intelligence Unit, intitulado Worldwide Educating for the Future Index 2018, mostrou que as bases para o sucesso são: formação continuada dos professores; flexibilidade para adaptar os currículos; manutenção de valores como diversidade e tolerância. A base é aproximar a vivência universitária do que o mundo exige na prática.

Para Costin, alguns países têm experiências interessantes nesse aspecto. “No Brasil, não temos uma política forte de primeiro emprego. A Alemanha, por exemplo, tem um modelo dual de educação. Quando os estudantes fazem um ensino médio técnico, passam parte do dia na escola, parte do dia em uma empresa. Isso aumenta não só a empregabilidade mas a capacidade de formar profissionais que atendam melhor às demandas do mercado de trabalho.” Ela ressalta que, no Brasil, também não faltam exemplos de sucesso. “O que precisamos é aprender a dar escala a essas experiências. Educação exige esforço, ação coordenada, equipe técnica. Não dá para jogar para a plateia.”

Acompanha tudo da GALILEU? Agora você pode ler as edições e matérias exclusivas no Globo Mais, o app com conteúdo para todos os momentos do seu dia. Baixe agora!

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina

Oportunidade de melhorar a proficiência em língua espanhola, viver uma outra cultura e se envolver em projetos de pesquisa na área de conhecimentos dos seus cursos. A cada ano, estudantes brasileiros fazem as malas para a experiência de intercâmbio estudantil em países da América Latina no âmbito do Mercosul Educacional.

Para o início do atual semestre letivo, 42 estudantes brasileiros foram selecionados pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), do Ministério da Educação e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A Argentina foi o principal destino dos estudantes: 23 escolheram estudar no país.

Uruguai, Bolívia, Paraguai e Colômbia foram outros lugares de destino.

Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em Campos Leopoldo (RS), Arthur Fidelix Ferrari fará intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. “Espero obter novas visões e maneiras de pensar a arquitetura pela América Latina”, disse o estudante de 22 anos.

Bruna Henriques da Silveira, 23 anos, cumprirá o intercâmbio na Universidad Nacional de San Juan, na Argentina. “Uma mobilidade onde se juntam cultura, estudo e outro idioma transforma a vida de uma pessoa”, afirmou a estudante, que cursa Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

Desde 2008, o Programa Marca já possibilitou a ida de 698 estudantes brasileiros a países latino-americanos. Em contrapartida, 745 alunos dos países vizinhos vieram estudar em universidades brasileiras. O período de cinco meses de estudo no exterior é custeado por ambos os países.

O Programa Marca objetiva melhorar a qualidade acadêmica por meio de sistemas de avaliação e acreditação de cursos. Para além do intercâmbio de estudantes, um coordenador em cada instituição fica responsável por orientar e acompanhar as atividades de estudo e pesquisa dos alunos.

Para mais informações sobre a mobilidade acadêmica regional, acesse a página do Programa Marca.

Rovênia Amorim, do Portal MEC

topo ↕

TRIBUNA DO INTERIOR - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer

negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Brasileiros são destaque em Olimpíada Internacional de Astronomia

Delegação conquista três medalhas de bronze e duas menções honrosas

Estudantes brasileiros conquistaram três medalhas e duas menções honrosas na 13ª Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica (IOAA, na sigla em inglês), O evento, ocorrido em Keszthely, na Hungria, entre os dias 2 e 10 deste mês, contou com a participação de 254 estudantes de 47 países – número recorde de delegações.

A maratona olímpica abrangeu provas teóricas, práticas e de análise de dados. As três medalhas de bronze foram conquistadas por Raul Basilides Gomes (17), de Fortaleza, Giovanna Giroto (16) e Luã de Souza Santos (17), ambos de São Paulo. Já as menções honrosas foram para Bruna Junqueira de Almeida (16) e Lucas Shoji (16) – os dois, também de São Paulo.

Esta foi a edição com maior número de meninas inscritas, selecionadas entre mais de 100 mil participantes da prova de nível 4 da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) em 2018. Deste total, cerca de 5.300 fizeram três provas na fase online da seleção.

Foram então classificados 150 estudantes para as provas presenciais, e os 30 melhores passaram por dois treinamentos classificatórios, para, enfim, ser escolhida a equipe – que passou por mais uma semana de treinamento intensivo com astrônomos em

Vinhedo, São Paulo, durante o primeiro semestre deste ano.

A delegação foi liderada pelos astrônomos Eugênio Reis, do Observatório Nacional, e Júlio César Klafke, da Universidade Paulista (Unip). Destinada a alunos dos ensinos fundamental e médio, a OBA é realizada por astrônomos membros da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Unip,

A 22ª edição registrou número recorde de participantes: 883.811 estudantes de 9.957 escolas públicas e particulares de todos os estados do país e o Distrito Federal. A Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica contou com o apoio de mais de 61.959 professores.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

**Escolas podem enviar material para a Olimpíada de Língua Portuguesa
Podem concorrer estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública.
Prazo vai até 19 de agosto**

Os diretores de escolas da rede pública podem indicar, a partir desta segunda-feira (12/8), os melhores textos e documentários produzidos por estudantes do 5º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio, para concorrer na 6ª Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP). Com o tema "O lugar onde vivo", a edição deste ano conta com mais de 170 mil inscrições. O envio do material deve ser feito até a próxima segunda-feira (19/8) pelo site do programa Escrevendo o Futuro. Para sanar as dúvidas de como enviar as produções, o site fez um vídeo tutorial mostrando todos os passos

Estão representadas no concurso mais de 42 mil escolas em quase 4.900 municípios brasileiros. As categorias são poema, memórias, crônica, artigo de opinião e, pela primeira vez, documentário, para alunos da 1ª e 2ª séries do ensino médio. As melhores produções, que serão selecionadas por estado, participarão de cinco encontros — um para cada categoria —, que, este ano, ocorrerão em São Paulo.

Saiba mais

Sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a OLP é fruto de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Itaú Social. O objetivo é apoiar os professores da rede pública no aprimoramento das práticas de ensino de leitura e escrita organizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Itaú Social. A partir da metodologia do programa Escrevendo o Futuro, os professores promovem oficinas de produção de texto com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do ensino médio.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se

Transcrevo abaixo a nota das Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro sobre a consulta pública do programa Future-se.

O Ministério da Educação apresentou para consulta pública o programa Future-se, que teria como objetivo o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Algumas premissas devem ser consideradas cláusulas pétreas que antecedem a possibilidade de adesão a esse ou qualquer outro programa:

- 1) garantia da autonomia universitária estabelecida pelo artigo 207 da Constituição brasileira;
- 2) contratação exclusivamente através de concursos públicos para as atividades-fim das Ifes;
- 3) financiamento público federal do ensino superior e manutenção da gratuidade.

As universidades e institutos federais do estado do Rio de Janeiro são autarquias federais com a prerrogativa do autogoverno e que têm autonomia didática, administrativa e de gestão financeira. A autonomia das Ifes está prevista na Constituição Federal com a finalidade de garantir que o pensamento crítico e a produção científica nacional estejam protegidos de ingerências externas, inclusive governamentais.

Essas preocupações se fundamentam no fato de o programa Future-se prever a contratação de Organizações Sociais, cuja finalidade é a redução do tamanho do Estado mediante a transferência de certas atividades para o chamado “terceiro setor”. A educação superior deve ser mantida pública e gratuita, pois o desenvolvimento científico e tecnológico promovido pelas instituições de ensino superior elevou o Brasil a patamares competitivos internacionalmente nas diferentes áreas do conhecimento.

A proposta foi elaborada em contexto de grave restrição orçamentária das Ifes, que correm risco real de interrupção das atividades acadêmicas neste segundo semestre de 2019. É, portanto, fundamental discutir profundamente o modelo de financiamento do ensino superior. São positivas as ideias de expandir o orçamento para além do teto de gastos e o investimento em pesquisa, inovação e internacionalização. No entanto, até o momento não há informações suficientes para avaliar, em detalhes, os impactos orçamentários do Future-se, principalmente no curto prazo, nem tão pouco seus impactos e riscos no médio e longo prazos.

É preocupante que o Future-se não contemple nenhuma proposta para garantir a maior inclusão e assistência estudantil. É fundamental que toda a comunidade das instituições de ensino superior conheça a minuta do Projeto de Lei divulgada pelo MEC.

Neste texto, teceremos uma análise, ainda preliminar, sobre três aspectos do programa: método de elaboração, detalhamento e conteúdo.

Método de elaboração

O Future-se pegou de surpresa todos os reitores das Instituições Federais de Ensino Superior. Em reuniões com os reitores, foi mencionado que estava sendo preparado um plano para as Ifes. O MEC nos convidou para uma exposição de linhas gerais do projeto na terça-feira, dia 16 de julho. Todavia, em nenhum momento os reitores foram convocados para contribuir com a formulação do conteúdo do texto. Como representantes legítimos de nossas comunidades e no exercício de mandatos de responsabilidade intergeracionais, estamos sempre prontos a contribuir para o futuro da educação superior no Brasil.

Detalhamento

Como o Future-se tem um caráter de reforma estruturante, seria necessário que se preparasse um documento sólido para ser debatido na consulta pública e pelo tempo necessário à construção de consensos mínimos. Porém, um dos principais aspectos do documento é a falta de definição dos principais contornos das medidas a serem tomadas. Além disso, o Projeto de Lei contém divergências ou é omissivo sobre várias medidas que foram apresentadas pelo MEC durante entrevistas coletivas.

Podemos ressaltar, por exemplo, o papel das Organizações Sociais e do Comitê Gestor no “apoio” aos três eixos do Future-se, a saber:

- 1) gestão, governança e empreendedorismo,
- 2) pesquisa e inovação e
- 3) internacionalização.

Em momento algum, detalham-se quem serão os membros e como esses grupos seriam incorporados à atual estrutura administrativa das Ifes.

A proposta tem aspecto de uma carta branca para que um órgão externo às Ifes, composto por membros ainda desconhecidos, e sem necessidade de licitação pública intervenha não somente na gestão, mas nas políticas acadêmicas do ensino superior, o que pode configurar um atentado ao princípio constitucional da autonomia das Ifes.

Conteúdo

A falta de detalhamento é um empecilho à avaliação pormenorizada. Contudo, fica evidente a ausência de definição de políticas educacionais, mesmo aquelas que já deveriam estar alinhadas ao Plano Nacional de Educação aprovado por unanimidade no congresso nacional. O projeto faz uso de linguagem do mercado financeiro sobre a criação de fundos de investimento, direito de nomeação, cessão de imóveis públicos, entre outros, sem oferecer detalhes sobre responsabilidades, riscos e outras condições. Apesar de a base do programa ser focada em medidas financeiras e administrativas, não foi apresentada nenhuma perspectiva real de aumento no investimento das Ifes no curto ou médio prazos. Não está claro se o MEC objetiva criar uma composição orçamentária em que as Ifes seriam encarregadas de levantar um percentual fixo de seu custeio, eximindo o Estado de sua responsabilidade, o que é perverso para o desenvolvimento socioeconômico da nação.

Diante do exposto, reafirmamos nossa disposição de debater toda e qualquer proposta para a universidade brasileira, sempre guiados pelos princípios constitucionais e republicanos, com responsabilidade não somente com os novos tempos, mas também com a vida presente de nossas instituições.

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da UFF;

Carlos Henrique Figueiredo Alves, diretor-geral do Cefet/RJ;

Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ;

Jefferson Manhães de Azevedo, reitor do IFF;

Rafael Barreto Almada, reitor do IFRJ;

Ricardo Luiz Louro Berbara, reitor da UFRRJ

Ricardo Silva Cardoso, reitor da UniRio.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível

Desafio é implementar os cinco caminhos pelos quais os alunos escolherão os conteúdos a estudar; CE, ES, MG e RS já fazem testes em escolas-piloto

RIO — O novo formato do ensino médio, criado a partir de uma medida provisória em 2017 e que deve ser implementado por todas as escolas do país até 2021, começa a ganhar forma em alguns estados.

Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais já possuem algumas diretrizes de como se darão as mudanças e vão testá-las em "escolas-piloto", que recebem (ou deveriam receber) verba federal de um programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio.

O modelo para todo o país prevê, como pilares, ampliação da carga horária e flexibilização do currículo — com disciplinas eletivas e itinerários formativos (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). A partir disso, cada estado vai adequar à sua própria realidade.

No Espírito Santo, o governo dividiu o estado entre a Região Metropolitana, onde há maior concentração de escolas, e o interior, onde as cidades, em geral, têm apenas um colégio de ensino médio.

— Onde temos mais de uma unidade de ensino, prevemos agrupá-las. Nesse modelo, cada uma vai oferecer um itinerário, e o aluno se desloca entre elas num raio limitado. Em cada um desses grupos haverá um colégio vocacionado para o ensino técnico, que é nossa prioridade — afirma Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação.

No interior, duas opções estão sendo estudadas: oferecer menos itinerários (ao menos dois) ou criar um consórcio de municípios, repetindo a ideia de agrupamento aplicada na capital.

— No consórcio de municípios, o aluno pode fazer suas escolhas se estiver disposto a se deslocar, sendo uma dessas cidades central para o ensino médio ser integrado ao técnico — afirmou o secretário.

Combate à evasão

Defensores da mudança do ensino médio argumentam que a alta evasão nesta etapa escolar está relacionada à baixa atratividade do currículo. Por isso, o novo formato prevê 1.800 horas comuns a todos os estudantes e outras 1.200 escolhidas individualmente pelos alunos nesses itinerários formativos.

— Ouvimos 36 mil alunos do 1º ano para saber o que eles pensam do Novo Ensino Médio e descobrimos que a maior parte nunca tinha ouvido falar. Também aprendemos que existe um claro interesse no ensino técnico, e vamos dar ênfase nisso — diz de Angelo.

O governo federal criou, em 2018, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (leia mais abaixo), no qual os estados poderiam aderir para criar escolas-piloto — apenas o Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e o Distrito Federal não aderiram.

Ao fim desse processo, foram escolhidos 3.519 colégios para discutirem o modelo. No ano que vem, eles já oferecerão itinerários formativos. O restante das unidades escolares do Brasil, só em 2021.

Inclusão de optativas no currículo

No Rio Grande do Sul, o formato dos itinerários ainda está sendo desenhado. O estado tem 300 escolas-piloto. Já em 2018, o currículo começou a se flexibilizar com a inclusão de disciplinas optativas.

— Já começamos, nesse ano, com minutos semanais de atividades eletivas nas escolas-piloto — afirma Adriana Schneider, coordenadora estadual do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul: — Os professores oferecem esses projetos, e os alunos se inscrevem no dia. Deixa de ter uma turma fixa e a escola se mistura. O que eles mais gostam são atividades coletivas, como produção de filmes, robótica, feiras de ciências e de profissões.

Enquanto isso, no Nordeste, o Ceará precisou fazer poucas alterações em sua rede. Nas escolas de horário integral já existia a possibilidade de itinerários formativos. Lá, os alunos escolhem atividades num cardápio de 300 eletivas diferentes, como Formação do Povo Brasileiro, História do Ceará, Ciência das Cores e Introdução à Contabilidade. Isso corresponde a 1.200 horas.

— A nossa tarefa mais difícil, para a construção do novo modelo de ensino médio, é ter um teto de 1.800 horas para a base comum. A gente estava acostumada com um número mínimo de horas, não máximo. Estamos trabalhando agora para saber como organizamos esse conteúdo para dar em menos horas — diz Iane Nobre, coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio no estado.

Sobre os itinerários, o plano do Ceará é ter as cinco possibilidades em todas as escolas de ensino médio.

— Queremos isso porque o aluno pode fazer itinerários integrados. Ou seja, passear por eles. Um semestre num dos itinerários e depois em outro se preferir assim — diz Iane.

Programa de apoio tem verba travada

Estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio tiveram direito a uma verba de R\$ 350 milhões. Desse montante, 20% já foi pago e a próxima parcela, de 40%, está bloqueada por conta da decisão do ministro, Abraham Weintraub, de romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Ele argumentou que parâmetros formais foram desrespeitados na assinatura do contrato, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério.

Esse dinheiro é destinado às ações de flexibilização do currículo. Na prática, bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços para a elaboração das ideias, reparos na infraestrutura escolar, além da compra de equipamentos e mobiliários.

Minas Gerais é um dos 23 estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. A subsecretária de Desenvolvimento de Educação Básica, Geniana Faria, afirmou que a Secretaria Estadual de Educação está neste momento discutindo a formação dos itinerários com um grupo de professores formado por docentes tanto da rede estadual, quanto da municipal.

— Temos realidades muito diferentes nos 853 municípios do estado. Por isso, estamos na fase de diagnóstico de como definir os itinerários — conta Geniana.

Já os estados que não aderiram ao programa, como Rio e São Paulo, precisam aportar recursos próprios. Ambos ressaltam que foram decisões de gestões passadas. Os paulistas afirmaram que tentaram, junto ao MEC, a reabertura do processo, mas não foram atendidos.

A Secretaria Estadual de Educação do Rio afirmou, em nota, que a gestão anterior da decidiu não aderir ao novo Ensino Médio e que a atual está "estudando os motivos desta não adesão".

Além disso, as equipes técnicas estão "avaliando a possibilidade de adesão, pois será aberta pelo MEC novamente até o final do ano". A pasta não informou sobre como anda as discussões do formato do Novo Ensino Médio no estado.

topo 

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola pública cearense consegue vaga na final da Olimpíada Brasileira de Geografia

Entre 102 equipes finalistas, grupo da Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Patativa do Assaré ocupa o 5º lugar geral.

Uma equipe formada por quatro alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Patativa do Assaré, no Bairro Granja Lisboa, em Fortaleza, está na etapa final da Olimpíada Brasileira de Geografia. A preparação dos estudantes cearenses começou no início deste ano no "Clube da Cartografia", um projeto de flexibilização curricular construído na escola pública como experiência piloto para a inserção do Novo Ensino Médio, que deve ser implementado oficialmente em 2021.

A competição nacional começou no último dia 5 de agosto com 9.070 grupos selecionados. Desse total, apenas 102 equipes garantiram a classificação na última etapa após três fases de provas online e tarefas obrigatórias. A última atividade, que exigiu a construção de um mapa tátil para cegos, colocou a equipe da escola cearense em 1º lugar entre as unidades públicas e 5º lugar geral.

“Isso é motivo de muita felicidade e foi uma das nossas grandes surpresas, porque estamos no mesmo nível de projetos de extensão de universidades federais e colégios particulares”, celebra o coordenador da escola, Leandro Ferreira.

Para cumprir a última missão da olimpíada, os estudantes devem elaborar um mapa sobre a vida de um imigrante, desde o nascimento até a sua chegada ao Brasil. A tarefa deve ser enviada até o dia 6 de setembro, conforme o professor.

Projeto

Antes mesmo de participarem da disputa, os alunos da escola estadual já estavam inseridos no “Clube de Cartografia”. No contraturno da aula, eles debatem sobre leitura, interpretação e construção de mapas com professores de Geografia e Matemática. O projeto faz parte das ações de flexibilização impostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018. Com ela, as escolas precisam desenvolver atividades paralelas à oferta das disciplinas já existentes.

No Ceará, além da Patativa do Assaré, outras 459 escolas participam do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC), que oferece assistência técnica e financeira às unidades de ensino que queiram desenvolver novas atividades curriculares. A pasta federal garante R\$ 20 mil e mais R\$ 170 por aluno matriculado para os colégios que aderiram.

“Tudo que for precisar para ter unidades curriculares diversificadas adaptadas às competências da base, os gestores colocam na Proposta de Flexibilização Curricular (PFC), a gente valida e eles compram o que for preciso, como insumo de laboratórios, equipamentos mobiliários ou contratar palestrantes que ajudem na formação do corpo docente”, destaca a coordenadora da Gestão Pedagógica do Ensino Médio da Secretaria Estadual da Educação (Seduc), Iane Nobre.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Caderno com orientações sobre a política de alfabetização deve ser divulgado nesta quinta, diz MEC

Governo federal criou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) por decreto em abril, mas propostas ainda dependem de diretrizes detalhadas para saírem do papel.

O Ministério da Educação deve lançar nesta quinta-feira (15) uma cartilha com orientações para prefeitos e governadores sobre a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA). As novas orientações foram publicadas em 11 de abril, na cerimônia de 100 dias do governo Bolsonaro – a medida estava na lista de 35 prioridades para o período. Mas, passados quatro meses, elas ainda não foram implementadas em nenhum colégio.

"Já tem mais de 100 dias que a nova Política Nacional de Alfabetização está vigorando, onde têm que ser usados critérios científicos para ensinar as crianças a ler e escrever", explicou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em um vídeo publicado na última sexta-feira (9).

O documento, publicado na forma de um decreto, entrou em vigor imediatamente. O problema é que, sem instruções mais detalhadas, os secretários municipais e estaduais de educação não têm como elaborar novas propostas de alfabetização para os colégios.

Leia a íntegra da Política Nacional de Alfabetização

Em 16 de abril, o MEC informou, em uma notícia publicada em seu portal, que "está previsto para os próximos dias o lançamento de um caderno da PNA, no qual serão apresentadas suas diretrizes, princípios, objetivos, entre outros pontos que constam no decreto presidencial".

Questionada sobre o documento, a pasta afirmou nesta segunda, via Lei de Acesso à Informação, que, "de fato, o Caderno referente à Política Nacional de Alfabetização está em vias de ser publicado".

Sobre quantos municípios já haviam aderido à PNA, o MEC afirmou que a política se trata de um "instrumento normativo composto de definições básicas, princípios e diretrizes" e que seu objetivo é "alinhar e harmonizar" os novos programas e ações voltados à alfabetização.

"Outra coisa diferente são os programas propriamente ditos que da PNA serão decorrentes, os quais essencialmente serão por adesão voluntária. Na medida em que esses programas forem normatizados e publicados será dada, naturalmente, a devida divulgação da lista de estados e municípios aderentes", disse o MEC.

Adesão voluntária

O decreto de abril diz que a adesão dos governos locais será voluntária, "na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas". Até esta segunda (12), esses instrumentos ainda não tinham sido criados.

O texto também diz que a União "poderá prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos", o que também não ocorreu nestes quatro meses. O MEC não informou se haverá verba para a elaboração destes currículos ainda em 2019, e quanto será destinado para essa mudança pedagógica nos próximos anos.

O que é a Política Nacional de Alfabetização?

A Política Nacional de Alfabetização é um decreto publicado em abril que prevê, entre outras mudanças, que o ensino infantil reforce as atividades de pré-alfabetização, e que haja esforço extra para concluir o ensino da leitura já no primeiro ano do ensino fundamental.

Entre os objetivos do decreto publicado está cumprir a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). A meta, que entrou em vigor em 2014 e tem vigência até 2024, diz que todas as crianças devem ser alfabetizadas até no máximo o final do 3º ano do fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade.

A política também prioriza um método de ensino sobre os demais: o chamado método fônico, classificado no decreto como uma lista de "seis componentes essenciais para a alfabetização" (leia abaixo o trecho do decreto).

Segundo especialistas ouvidos pelo G1, a criação de uma política nacional de alfabetização é positiva, mas a priorização de um único método pode levar à

padronização do ensino, e o risco disso é limitar tanto as possibilidades de os professores ensinarem, quanto as possibilidades de os alunos aprenderem.

Método internacional e Paulo Freire

No vídeo publicado na sexta, o ministro Weintraub acompanhado do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, diz que não está inventando a roda.

"A gente tá fazendo o que os países que conseguem alfabetizar bem as suas crianças fazem", afirma Weintraub, sem citar quais seriam essas medidas.

O ministro também pergunta a Nadalim sobre o trabalho do educador e filósofo Paulo Freire – classificado por Weintraub como um "fetiche no Brasil".

"Tem algum país do mundo que segue o Paulo Freire fora o Brasil?", questiona Weintraub. "No âmbito da alfabetização, que eu saiba, não", responde Nadalim.

"Só o Brasil que está há bastante tempo insistindo nisso", diz Weintraub em seguida.

No entanto, o método Paulo Freire de Alfabetização, criado no início dos anos 1960, nunca foi voltado para o ensino da língua portuguesa para crianças e adolescentes. A ideia desse método é alfabetizar adultos que não tiveram acesso à escola regular, usando o conhecimento de mundo dessas pessoas e frases mais próximas da realidade delas, em vez da repetição de frases infantis.

O trabalho de Freire é amplamente estudado no exterior, e sua obra "Pedagogia do Oprimido" foi a única de um autor brasileiro a aparecer na lista de 100 títulos mais pedidos pelas universidades inglesas, segundo um estudo do projeto Open Syllabus divulgado em 2016.

Segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) de 2018, três em cada dez brasileiros entre 15 e 64 anos eram considerados analfabetos funcionais.

[topo](#)

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados,

por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."